



**RILCC – REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
DA INVESTE PIAUÍ**

Sumário

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Do Glossário de Expressões Técnicas	6
Do Cadastro de fornecedores	13
CAPÍTULO II - DAS REGRAS APLICÁVEIS ÀS LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	13
Dos Impedimentos para Participar de Licitações ou contratado pela INVESTE PIAUÍ.	13
Do Processo Licitatório	14
Da Fase Preparatória	15
Das Comissões de Licitação.....	20
Do Instrumento Convocatório	21
Das Exigências de Habilitação	23
Da Habilitação Jurídica	23
Da Qualificação Técnica	24
Da Qualificação Econômico-Financeira	24
Da Regularidade Fiscal	25
Das Disposições Gerais sobre Habilitação	25
Da Participação em Consórcio.....	26
Das Preferências nas Aquisições e Contratações	27
Disposições Gerais para a Contratação de Obras e Serviços de Engenharia	28
Da Alienação de Bens.....	30
Da Publicidade	30
Da Fase Externa - Disposições Gerais.....	31
Da Apresentação das Propostas ou Lances - Disposições Gerais.....	32
Do Modo de Disputa Aberto.....	35
Do Modo de Disputa Fechado	35
Da Combinação dos Modos de Disputa.....	36
Do Julgamento das Propostas Dos Critérios de Julgamento.....	36
Menor Preço ou Maior Desconto	36
Melhor Combinação de Técnica e Preço ou Melhor Técnica	37
Melhor Conteúdo Artístico	38
Maior Oferta de Preço	38
Maior Retorno Econômico	39
Melhor Destinação de Bens Alienados	39
Do Critério de Desempate	40
Do Julgamento da Proposta e Habilitação.....	41
Da Negociação.....	42
Dos Recursos	42
Da Aprovação.....	43
Da Revogação e da Anulação da Licitação e do Contrato	44
Dos Procedimentos Auxiliares às Contratações	45
Da Pré-Qualificação Permanente.....	45
Do Cadastramento	46
Do Sistema de Registro de Preços.....	47

CAPÍTULO III - DA CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO	51
Da Dispensa de Licitação	53
Da Inexigibilidade de Licitação.....	55
Do Credenciamento.....	56
Da Formalização da Dispensa e da Inexigibilidade.....	57
CAPÍTULO IV - DOS CONTRATOS	59
Da Formalização das Contratações.....	59
Da Publicidade das Contratações	60
Das Cláusulas Contratuais	61
Da Duração dos Contratos	62
Da Prorrogação de Prazos	63
Da Alteração dos Contratos.....	64
Do Reajuste ou Reajustamento dos Contratos.....	66
Da Repactuação dos Contratos	66
Da Revisão de Contratos ou Reequilíbrio Econômico-Financeiro em Sentido Estrito ..	68
Da Execução dos Contratos	68
Da Gestão e Fiscalização dos Contratos	71
Do Pagamento.....	72
Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos	73
Das Sanções	75
Do Procedimento para Aplicação de Sanções.....	78
CAPÍTULO V - DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATO DE ATROCÍNIOS, PARCERIAS, ACORDOS, AJUSTES E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	79
Do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI	79
Da Contratação de Soluções Inovadoras.....	80
Acordos de Confidencialidade	83
CAPÍTULO VI – DAS LICITAÇÕES INTERNACIONAIS.....	88
CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....	89

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento tem por finalidade estabelecer condições, regras e procedimentos referentes aos contratos de obras, prestação de serviços, inclusive de engenharia e de publicidade, aquisição e locação de bens, alienação de bens e ativos, constituição de sociedades, a implementação de ônus real, arrendamentos, contratos de solução inovadoras, formação de parceiras estratégicas, cooperação, acordos, convênios e correlatos, no âmbito da AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUI S/A - **INVESTE PIAUI** e suas subsidiárias, nos termos da Lei nº 13.303, de 30.06.2016 (LE).

§ 1º Neste RILC é evitada repetição de disposição da Lei nº 13.303/16, devendo ele ser aplicado e interpretado em conjunto com essa lei.

§ 2º Poderá ser adotada a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda, no que não conflitar com a Lei nº 13.303/16.

§ 3º Poderá ser adotada pela Investe Piauí para os procedimentos especiais de concessão e permissão da prestação de serviços públicos; parceria público-privada; celebração convênios, acordos, patrocínio, termo de cooperação, colaboração e ajustes e congêneres, conforme a legislação federal que tratam dos temas, no que não conflitar com a Lei nº 13.303/16.

§ 4º Poderá ser adotada pela Investe Piauí para os procedimentos especiais destinados aos empreendimentos portuários, conforme a legislação federal que tratam dos temas, no que não conflitar com a Lei nº 13.303/16.

§ 5º O presente Regulamento contempla ainda as **Contratações de Soluções Inovadoras previstos na** Lei Complementar nº 182/2021, que poderá ser adotado pela Investe Piauí, no que não conflitar com a Lei nº 13.303/16.

§ 6º Os procedimentos licitatórios e congêneres como, chamamentos públicos, seleções simplificadas, pré-qualificação, procedimentos auxiliares da Investe Piauí e suas subsidiárias deverão ser conduzidos pela Diretoria Central de Licitações, Compras e Contratos da Investe Piauí, que possui a atribuição de centralizar para acompanhar, coordenar, conduzir os procedimentos citados e gerenciar as atas de registro de preços no âmbito da Companhia.

Art. 2º. As licitações realizadas e os contratos celebrados pela INVESTE PIAUI destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

§ 1º Para os fins deste Regulamento, considera-se que há:

- I - Sobrepreço, quando os preços orçados para a licitação ou os preços contratados são expressivamente superiores aos preços referenciais de mercado, podendo referir-se ao valor unitário de um item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários, ou ao valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por preço global ou por empreitada;
- II - Superfaturamento, quando houver dano ao patrimônio da INVESTE PIAUI caracterizado, por exemplo:

- a. pela medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;
- b. pela deficiência na execução de obras e serviços, inclusive de engenharia, que resulte em diminuição da qualidade, da vida útil ou da segurança;
- c. por alterações no orçamento de obras e serviços, inclusive de engenharia, que causem o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado;
- d. por outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a INVESTE PIAUÍ ou reajuste irregular de preços.

§ 2º Quando for possível mensurar custos diretos e indiretos em padrão monetário relacionados ao ciclo de vida de produtos e serviços, serão considerados os custos relacionados com aquisição; custos de uso, tais como consumo de energia, de combustíveis e de outros recursos naturais; custos de manutenção; custos de desfazimento (fim de vida), tais como custos de recolha e reciclagem; e custos imputados a externalidades ambientais ligadas ao bem ou serviço abrangendo os custos de emissão de gases com efeito estufa e de outras emissões poluentes.

Art. 3º. Nas licitações e contratos de que trata este Regulamento serão observadas as seguintes diretrizes:

- I - Padronização do objeto da contratação, dos instrumentos convocatórios e das minutas de contratos, de acordo com normas internas específicas;
- II - Busca da maior vantagem competitiva para a **INVESTE PIAUÍ**, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;
- III - Parcelamento do objeto, visando ampliar a participação de licitantes, sem perda de economia de escala, e desde que não atinja valores inferiores aos limites para contratação direta em razão do valor;
- IV - Observação da política de integridade nas transações com partes interessadas.

§ 1º As licitações e os contratos disciplinados por este Regulamento devem respeitar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

- I - Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas e outros serviços;
- II - Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental, quando for o caso;
- III - Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- IV - Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- V - Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela INVESTE PIAUÍ;
- VI - Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VII - Ética e integridade no relacionamento entre as partes;

Art. 4º. Além das finalidades previstas na Lei n.º 13.303/16 e neste Regulamento, as licitações e os contratos da **INVESTE PIAUÍ** serão configurados levando-se em conta que a empresa tem a função social de contribuir para o bem estar socioeconômico da coletividade e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos, objetivando a

ampliação economicamente sustentada do acesso de consumidores aos produtos e serviços da empresa e a promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Piauí.

§ 1º Para dar cumprimento à sua função social, a **INVESTE PIAUÍ** adotará nas licitações e contratações práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa que sejam compatíveis com o mercado em que atua.

Art. 5º. As licitações poderão ser realizadas sob a forma eletrônica ou presencial.
Parágrafo único. Nas licitações realizadas por meio eletrônico, a **INVESTE PIAUÍ** poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

Do Glossário de Expressões Técnicas

Art. 6º. Na aplicação deste Regulamento serão observadas as seguintes definições:

I. **Aditivo:** instrumento jurídico pelo qual se alteram as estipulações contratuais originais.

II. **Alienação:** é todo e qualquer ato com o objetivo de transferência definitiva do direito de propriedade sobre bens da **INVESTE PIAUÍ**.

III. **ALO:** Administração Local da Obra. São despesas oriundas da administração local de uma obra destinada exclusivamente àquela obra e que não fazem parte das despesas indiretas incluídas no BDI. Exemplo: Encarregados, Engenheiro Residente, Vigias, veículos de apoio, etc.

IV. **Anteprojeto de engenharia:** peça técnica com todos os elementos de contornos necessários e fundamentais à elaboração do projeto básico, nos termos do inciso VII, do artigo 42, da Lei Nº 13.303/2016.

V. **Aquisição:** é todo ato aquisitivo de gêneros alimentícios, produtos, materiais, equipamentos, peças, destinados para as áreas administrativas, técnica, operacional ou de engenharia.

VI. **Apostilamento contratual:** instrumento jurídico escrito e assinado pela autoridade competente, tendo por objetivo o registro de variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas e outros dispositivos previstos em contrato.

VII. **Ata de registro de preços:** documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, unidades participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas, que gera mera expectativa de direito ao signatário, não lhe conferindo nenhum direito subjetivo à contratação, gerenciada pela Diretoria Central de Licitações, Compras e Contratos da Investe Piauí.

VIII. **Ato de renúncia:** ato pelo qual se abdica, em caráter permanente, de um direito ou faculdade.

IX. **Autoridade Competente:** autoridade detentora de competência estatutária para a prática de determinado ato.

X. **Autoridade Imediatamente Superior:** é aquela cujo limite de competência está imediatamente acima do limite do decisor, dentro da estrutura hierárquica.

XI. **Autoridade Superior:** autoridade responsável pela designação de Comissão de Licitação e Comissão Especial ou qualquer outra relacionada aos procedimentos de contratação, a quem estes ficam vinculados.

XII. **Bens Móveis:** são os materiais (inclusive equipamentos) aplicados ou não às atividades-fim da INVESTE PIAUÍ e que podem ser removidos de um lugar para o outro sem perda de sua forma ou substância.

XIII. **Bem Móvel Inservível:** é aquele que não mais apresenta serventia ou condição de utilização por qualquer Unidade da INVESTE PIAUÍ, para a finalidade de sua aquisição, em função, por exemplo, de mudança de tecnologia ou projeto, obsolescência, comprometimento de vida útil ou estado de conservação, de acordo com a seguinte classificação:

- a) ocioso - quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;
- b) recuperável - quando sua recuperação for possível e orçar, no âmbito, a cinquenta por cento de seu valor de mercado;
- c) antieconômico - quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescimento;
- d) irre recuperável - quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.

XIV. **CAD:** Conselho de Administração da INVESTE PIAUÍ.

XV. **Cadastro Corporativo:** cadastro realizado pelas empresas que mantém relação comercial com a INVESTE PIAUÍ e que tem por objetivo demonstrar o atendimento das exigências para fins de habilitação, resultando na emissão do Certificado de Registro Cadastral — CRC, apto a substituir, quanto assim previsto em Edital e desde que atendidas todas suas exigências, a habilitação das mesmas.

XVI. **Carta-Contrato** - Instrumento contratual em formato simplificado.

XVII. **Carta de Solidariedade:** Carta emitida pelo fabricante reconhecendo o Licitante como seu revendedor autorizado, nos termos do instrumento convocatório.

XVIII. **Celebração de Contrato:** momento em que se aperfeiçoa o vínculo contratual, por meio da assinatura das partes no Instrumento Contratual ou, na ausência deste, por qualquer outra forma prevista ou não vedada por este Regulamento.

XIX. **Certificado de Registro Cadastral - CRC:** É o documento emitido às empresas que mantém relação comercial com a INVESTE PIAUÍ, apto a substituir documentos de habilitação em licitações, desde que atendidas todas as exigências editalícias.

XX. **Chamamento Público:** ato normativo por meio do qual a INVESTE PIAUÍ, ou a quem delegar, convoca potenciais interessados para procedimentos de Credenciamento, Pré-qualificação, Manifestação de Interesse e outros necessários ao atendimento de uma necessidade específica.

XXI. **Compra:** toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.

XXII. **Comissão de Avaliação:** comissão designada para avaliar bens com vistas ao procedimento de Alienação.

XXIII. **Comissão de Licitação:** órgão colegiado, permanente ou especial, composto de pelo menos 3 (três) membros titulares, sendo 1 (um) suplente, empregados da INVESTE PIAUÍ ou de outros órgãos da Administração Pública Estadual, formalmente designados, com a função de, dentre outras, receber documentos, processar e julgar as licitações e procedimentos congêneres e/ou auxiliares por meio de chamamentos públicos, vinculada a Diretoria Central de Licitações, Compras e Contratos da Investe Piauí;

XXIV. **Comissão Processante:** órgão colegiado, permanente ou especial, composto de pelo menos 3 (três) membros titulares, sendo 1 (um) suplente, empregados da INVESTE PIAUÍ ou de outros órgãos da Administração Pública Estadual, formalmente designados,

com a função de, dentre outras, processar, instruir e emitir relatório opinativo em processos de investigação;

XXV. **Comissão para Apuração de Responsabilidades de Aplicação de Sanções (CARAS):** Comissão específica constituída com finalidade de para conduzir os procedimentos relativos à apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas aos particulares inadimplentes para com obrigações de natureza licitatória e contratual administrativa firmadas com a Investe Piauí, segundo as disposições disciplinadas na legislação, nos editais, atas de registros de preços, contratos e demais termos que regulamentam as obrigações e condições entre as partes envolvidas.

XXVI. **Comodato:** Contrato de empréstimo de bem infungível. Instrumento contratual pelo qual ocorre a cessão de bem a Terceiro sem que haja o pagamento de contraprestação financeira;

XXVII. **Consórcio:** contrato de colaboração entre empresas, mediante o qual as contratantes conjugam esforços no sentido de viabilizar um determinado empreendimento.

XXVIII. **Contratação Direta:** contratação celebrada sem realização de processo licitatório prévio.

XXIX. **Contratação em Caráter Excepcional:** Aquelas pequenas despesas que não possam se subordinar ao processo ordinário de formação, contratação, liquidação e quitação existentes na INVESTE PIAUÍ e que exijam pronta entrega e pagamento, bem como não resultem em obrigação futura para as partes. Referidas contratações devem contar com parecer do solicitante e autorização do Gerente da Área ou Unidade, dispensando parecer jurídico, publicação ou ratificação. Aplica-se o conceito aqui estabelecido, ainda, para o pagamento de taxas e tarifas, inclusive pedágios, bem como para custas cartoriais que dada as características não pressupõe prévio processo.

XXX. **Contrato de Propriedade Intelectual** - Inclui os contratos de transferência de tecnologia (contratos de tecnologia não patenteada, incluindo know how, segredo e fornecimento de informações não amparadas por direitos de propriedade industrial e serviços de assistência técnica); contratos de cessão (transferência de titularidade do direito de propriedade intelectual) e contratos de licenciamento (licenciamento de uso, exclusivo ou não, de direito de propriedade intelectual).

XXXI. **Convocação** - Instrumento Convocatório por meio do qual se divulgam as regras de procedimentos auxiliares, aos quais se vinculam tanto a Investe Piauí quanto os participantes interessados, durante o prazo nele definido.

XXXII. **Contrato de Eficiência:** tem por objeto a prestação de serviços, que poderá incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes;

XXXIII. **Contrato de gestão para ocupação de imóveis (facilities):** consiste na prestação, em um único contrato, de serviços, por escopo ou continuados, de gerenciamento e manutenção de imóvel, incluído o fornecimento dos equipamentos, materiais e outros serviços necessários ao uso do imóvel pela Investe Piauí;

XXXIV. **Contratação integrada:** contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, nos termos do inciso VI do artigo 43, da Lei 13.303/2016.

XXXV. **Contratação por tarefa:** contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem o fornecimento de materiais.

XXXVI. **Contratação semi-integrada:** contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a

montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, na qual a INVESTE PIAUÍ indica parcelas do projeto básico que admitem alteração mediante proposição da CONTRATADA e deferimento pela CONTRATANTE, nos termos do inciso V, do artigo 43, da Lei 13.303/2016.

XXXVI. **Contratada:** pessoa natural ou jurídica que tenha celebrado Contrato na condição de adquirente de direitos, prestadora de serviços, fornecedora de bens ou executora de obras.

XXXVII. **Contratante:** pessoa natural ou jurídica que tenha celebrado Contrato na condição de alienante de direitos, tomadora de serviços ou de obras ou adquirente de bens.

XXXIX. **Contrato:** acordo de vontades entre duas ou mais pessoas com o propósito de criar, modificar ou extinguir direitos ou obrigações.

XL. **Contrato de patrocínio:** ajuste com pessoa física jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento da marca da INVESTE PIAUÍ.

XLI. **Conteúdo artístico:** atividade profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, por meio de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública.

XLII. **Convênio:** acordo de vontades celebrado para cumprir objetivo de interesse recíproco comum em regime de mútua colaboração, celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, com ou sem repasse de recurso financeiro.

XLIII. **Credenciamento:** processo por meio do qual a INVESTE PIAUÍ convoca por chamamento público pessoas físicas ou jurídicas de determinado segmento, definindo previamente as condições de habilitação, o preço a ser pago e os critérios para futura contratação.

XLIV. **Credenciamento para representação:** procedimento voltado à identificação dos representantes das empresas proponentes e a comprovação da existência de poderes para a prática de todos os atos inerentes ao certame;

XLV. **Dação em Pagamento:** modalidade de extinção de uma obrigação em que o credor consente em receber coisa diversa de dinheiro, em pagamento do que lhe é devido.

XLVI. **Demonstrativo de Formação de Preços:** Documento hábil a demonstrar a formação de preços a partir do detalhamento de todas as parcelas (custo, insumos, etc.) que o compõe, dentro dos parâmetros previamente exigidos pela INVESTE PIAUÍ.

XLVII. **Editais de Chamamento Público:** instrumento normativo por meio do qual se convoca potenciais interessados para procedimentos de Credenciamento, Pré-qualificação, Manifestação de Interesse e outros necessários ao atendimento de uma necessidade específica.

XLVIII. **Emergência:** Considera-se emergência, para fins contratuais, a existência de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos e particulares e a contratação mediante a realização de processo licitatório não se revele a maneira mais adequada de satisfazer o interesse da INVESTE PIAUÍ.

XLIX. **Empreitada por preço unitário:** contratação por preço certo de unidades determinadas;

L. **Empreitada por preço global:** contratação por preço certo e total;

LI. **Empreitada integral:** contratação de empreendimento em sua integralidade, com todas as etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da

contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para as quais foi contratada;

LII. **Execução imediata:** fornecimento de bens ou serviços executados em até 7 (sete) dias úteis contados da assinatura do Contrato.

LIII. **Escopo** - Aspectos atinentes ao Objeto Contratual como especificações, local e metodologia de execução.

LIV. **Jurídico** - Unidade Organizacional da Estrutura Geral que tem por atribuição orientar e avaliar os processos normativo, consultivo, assessoramento legal e contencioso de natureza jurídica, coordenando ou executando ações de interesse corporativo, assegurando a conformidade legal dos processos de negócio da Companhia.

LV. **Licitações-e:** sistema informatizado desenvolvido por empresa do mercado e que possibilite a realização de licitações eletrônicas, por intermédio da Internet, de bens e serviços junto à fornecedores previamente cadastrados.

LVI. **Licitante:** todo aquele que possa ser considerado potencial concorrente em procedimento licitatório ou que teve sua documentação elou proposta efetivamente recebida em procedimento licitatório pela Comissão de Licitação ou Pregoeiro.

LVII. **Líder do Consórcio:** empresa integrante do Consórcio que o representa junto à INVESTE PIAUÍ.

LVIII. **Fiscal administrativo:** empregado da INVESTE PIAUÍ formalmente designado para auxiliar o Gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato.

LIX. **Fiscal técnico:** empregado da INVESTE PIAUÍ formalmente designado para auxiliar o Gestor do contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato.

LX. **Gestor de contrato:** empregado da INVESTE PIAUÍ formalmente designado para coordenar e comandar o processo de fiscalização da execução contratual e seu recebimento definitivo.

LXI. **Homologação:** é a confirmação de que todos os atos praticados no curso do processo de contratação estão válidos;

LXII. **LE** – Lei das Estatais, Lei Federal nº 13.303/2016;

LXIII. **Instrumento Convocatório ou Edital:** ato administrativo normativo, de natureza vinculante, assinado pela autoridade competente, contendo as regras para a disputa licitatória e para a futura contratação.

LXIV. **Instrumento de Formalização de Contratação:** é o contrato assinado entre as partes, ou na ausência deste a Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento.

LXV. **Item:** conjunto de objetos idênticos ou de mesma natureza;

LXVI. **Matriz de Riscos** - Distribuição de responsabilidades e riscos entre as partes, próprio das contratações em regime de empreitada integral e semi-integral, caracterizadoras do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, e que deverá ser considerada na avaliação da ocorrência de eventual ônus financeiro adicional decorrente de eventos supervenientes à contratação que atinja uma ou ambas as partes no Contrato, e que possa vir a ensejar, em razão de sua efetiva ocorrência e materialidade, alguma alteração dos termos e condições originalmente acordados.

LXVII. **Metodologia Orçamentária Expedita:** metodologia onde o valor é definido mediante taxa ou parâmetro global ou estimativo, baseado em uma presunção de recorrência.

LXVIII. **Metodologia Orçamentária Paramétrica:** metodologia aonde é utilizado características do projeto em modelos matemáticos para calcular a estimativa de custos.

LXIX. **Modo de disputa aberto:** procedimento de disputa com possibilidade de

apresentação de lances sucessivos em sessão pública, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado.

LXX. **Modo de disputa fechado:** procedimento de disputa por meio do qual os licitantes apresentam suas propostas comerciais sem possibilidade de lances sucessivos.

LXXI. **Multa Contratual:** penalidade pecuniária prevista contratualmente, com fim de obter indenização ou ressarcimento, para situações que evidenciem o descumprimento total ou parcial de obrigações contratuais (compensatória) ou que gerem atraso no cumprimento de obrigações contratuais (moratória).

LXXII. **Objeto Contratual:** objetivo de interesse da INVESTE PIAUÍ a ser alcançado coma execução do contrato.

LXXIII. **Ordem de Serviço ou OS:** Trata-se de documento emitido pela INVESTEPIAUÍ por meio do qual se ordena a execução da obra ou serviço contratado.

LXXIV. **Orçamento Sintético:** é o discriminado em serviços que prevejam a descrição, a unidade, a quantidade e o preço unitário de cada encargo.

LXXV. **Partes Interessadas** - Indivíduos ou entidades que assumam algum tipo de risco ou possuam algum interesse, direto ou indireto, em face da Investe Piauí. São elas, além dos acionistas, os empregados, clientes, fornecedores, credores, entes públicos, entre outros.

LXXVI. **Pequena Despesa de Pronta Entrega** - Desembolso ocorrido uma única vez, em contrato cujo valor não ultrapasse o limite de contratação de dispensa por valor e cuja execução ocorra de modo instantâneo ou diferido e do qual não resultem obrigações futuras.

LXXVII. **Preço Atualizado** - Valor proposto pelo Licitante, somente podendo incidir nesse valor atualização de acordo com a cláusula de reajustamento de preços.

LXXVIII. **Parcerias:** forma associativas, societárias ou contratuais que visa convergência de interesses, recursos e forças para a realização de negócio vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas;

LXXIX. **Partes Contratuais:** todos os signatários do Instrumento Contratual e que por tal razão sejam titulares de direitos e obrigações.

LXXX. **Patrocínio:** Toda ação promocional que se realiza por meio de apoio financeiro a projetos de iniciativa de terceiros, de cunho cultural, socioambiental, esportivo, educacional, técnico científico, ou cujos temas seja m convergentes com a missão institucional, retratadas na política editada pela INVESTE PIAUÍ.

LXXXI. **Permuta:** negócio jurídico por meio do qual se efetua a troca de um bem da INVESTE PIAUÍ por um bem ou serviço de terceiro, respeitada a equivalência, podendo parte do pagamento ocorrer em espécie.

LXXXII. **Plano de Trabalho:** documento, com caráter de proposta, que define os aspectos atinentes ao objeto e a consecução.

LXXXIII. **Procedimento de Manifestação de Interesse ou PMI:** procedimento administrativo consultivo por meio do qual a Administração Pública concede a oportunidade para que particulares, por conta e risco, elaborem modelagens com vistas à estruturação da delegação de utilidades públicas.

LXXXIV. **Projeto básico:** conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, nos termos do inciso VIII, do artigo 42, da Lei 13.303/2016.

LXXXV. **Projeto Executivo:** conjunto de elementos necessários e suficientes a execução completa da obra, serviço ou fornecimento de bens, nos termos do inciso IX, do artigo 42, da Lei 13.303/2016.

LXXXVI. **Prorrogação de Prazo:** concessão de prazo adicional para a execução do objeto do contrato e/ou de sua vigência.

LXXXVII. **Recurso Procrastinatório:** recurso interposto com a finalidade de causar retardamento no regular trâmite do processo licitatório.

LXXXVIII. **Renovação de Prazo:** extensão de prazo e do valor da prestação de serviços contínuos.

LXXXIX. **Representante Legal:** pessoa para a quem é outorgado poderes de representação nos limites do instrumento de mandato.

XC. **Representante Legal do Consórcio:** empresa integrante do Consórcio incumbida de representá-lo frente aos Órgãos Judiciários e da Administração Pública. XCI.

Ressarcimento a Terceiros: é o valor a ser pago àqueles que tiverem prejuízos em decorrência de ação praticada pela INVESTE PIAUI, seus prepostos ou contratados e que merece reparação.

XCII. **Serviço de Engenharia:** são os trabalhos profissionais, que exigem para a sua execução o registro no Conselho profissional competente (CREA) . atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Exemplos: projetos, manutenção, instalação/substituição de equipamentos, reforma de imóveis, ampliação de dependências com a utilização de área já construída, construção/obras entre todas as demais atividades definidas pelo conselho e normatizadas;

XCIII. **Serviços de Comunicação:** contemplam atividades relativas ao marketing promocional, comunicação digital, relações com a imprensa, relações públicas e ações promocionais;

XCIV. **Serviços de Publicidade:** conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral;

XCV. **Supressão:** são os serviços ou materiais que, no decorrer da execução do contrato, tornam-se desnecessários.

XCVI. **Startup** - organizações empresariais ou societárias, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados.

XCVII. **Tarefa:** contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de material.

XCVIII. **Termo Aditivo ou TA:** instrumento elaborado com a finalidade de alterar cláusulas de contratos, convênios ou acordos firmados pela INVESTE PIAUI.

XCIX. **Termo de Referência:** documento que deverá conter os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto e as obrigações contratuais que serão assumidas pela contratada, de modo a orientar a execução e a fiscalização contratual e a permitir a definição do valor estimado da futura contratação.

C. **Transação:** negócio jurídico por meio do qual se extingue obrigação mediante concessões mútuas, de forma a prevenir ou extinguir litígios.

CI. **Valor do Prêmio:** O valor definido previamente em edital como incentivo nas

contratações de serviços de trabalhos técnicos, científicos, projetos arquitetônicos ou artísticos que não possui caráter de pagamento.

Do Cadastro de Fornecedores

Art. 7. A Investe Piauí poderá manter registros cadastrais para efeito de habilitação, acompanhamento de desempenho de fornecedores e avaliação do perfil de risco de acordo com o previsto neste Regulamento.

Art. 8. As condições e requisitos serão divulgados em edital ou portal eletrônico. Parágrafo Único - A Investe Piauí poderá realizar ações para avaliação de risco dos fornecedores, dentre elas, solicitar preenchimento de questionário, bem como realizar diligências (inclusive presenciais) quando entender conveniente.

Art. 9. A atuação da licitante e do fornecedor no cumprimento de obrigações e contratos celebrados com a Investe Piauí serão anotados no respectivo registro cadastral.

Parágrafo único. As anotações do registro cadastral, desempenho em acordos de nível de serviços e as avaliações em *due diligence* poderão compor sistema de métrica para avaliação de desempenho de licitante e/ou fornecedor, gerando informações que possam subsidiar o processo de seleção.

Art. 10. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro da inscrita que deixar de satisfazer às exigências estabelecidas para o cadastro.

CAPÍTULO II - DAS REGRAS APLICÁVEIS ÀS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Dos Impedimentos para Participar de Licitações ou ser Contratado pela INVESTE PIAUÍ

Art. 11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra, serviço ou fornecimento à INVESTE PIAUÍ:

I.- Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do Capital social seja diretor ou empregado da INVESTE PIAUÍ;

II.- Esteja cumprindo a pena de suspensão do direito de licitar e contratar, aplicada pela INVESTE PIAUÍ;

III.- Esteja sob os efeitos da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista no art. 87, inc. IV da Lei nº 8.666/93, aplicada por órgãos ou entidade vinculada à União, Estado, Distrito Federal ou Município;

IV. Esteja sob os efeitos da sanção de impedimento para licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Piauí, prevista no art. 7º, da Lei nº 10.520/02;

V. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VII. constituída por sócio que tenha sido ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa,

impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

IX. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - À contratação do próprio empregado ou dirigente da INVESTE PIAUÍ, como pessoa física, bem como à participação dele em processos licitatórios, na condição de licitante;

II - A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) Dirigente da INVESTE PIAUÍ;

b) Empregado da INVESTE PIAUÍ cujas atribuições envolvam a atuação na unidade responsável pela licitação ou contratação;

c) Autoridade do Estado do Piauí, assim entendido aqueles que exercem o cargo de Secretários de Estado, Diretores Gerais, Presidentes de Estatais e de Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional, bem como dos serviços sociais autônomos e seus equivalentes;

d) Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a INVESTE PIAUÍ há menos de 06 (seis) meses.

Art. 12. É vedada também a participação direta ou indireta nas licitações promovidas pela INVESTE PIAUÍ:

I - De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado ou de qualquer forma tenha contribuído para a elaboração de anteprojeto, termo de referência ou projeto básico aplicado na contratação;

II - De pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração ou que de qualquer forma tenha contribuído para a elaboração de anteprojeto, termo de referência ou projeto básico aplicado na contratação;

III - De pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto, termo de referência ou do projeto básico aplicado na contratação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

§ 1º É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física de quem tratam os incisos II e III do caput deste artigo em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da INVESTE PIAUÍ.

§ 2º Considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do anteprojeto, termo de referência ou projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 3º O disposto no § 2º deste artigo aplica-se a empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela INVESTE PIAUÍ no curso da licitação.

Do Processo Licitatório

Art. 13º. Ressalvados os casos previstos neste Regulamento ou no Estatuto Social da INVESTE PIAUÍ, cabe ao Diretor-Presidente e aos demais presidentes das subsidiárias da companhia, autorizar a instauração de processo licitatório, de processo de contratação direta, de celebração de contrato, convênios, acordos, parcerias, para a edição de atos de renúncia e de celebração de transações extrajudiciais e termos aditivos.

Art. 14º. Além das finalidades previstas no Art. 2º deste Regulamento, as contratações da

INVESTE PIAUÍ deverão atender a função social de realização do interesse coletivo.

§ 1º A realização do interesse coletivo de que trata este artigo deverá ser orientada para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos pela INVESTE PIAUÍ, bem como para o seguinte:

I.- Ampliação economicamente sustentada do acesso de consumidores aos produtos e serviços da INVESTE PIAUÍ;

II.- Desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços da INVESTE PIAUÍ, sempre de maneira economicamente justificada.

§ 2º A INVESTE PIAUÍ deverá, nos termos da lei, adotar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa como o mercado em que atua, em especial, pela inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos processos de contratação.

Art. 15º. O processo de licitação de que trata este Regulamento observará as seguintes fases, nesta ordem:

I. Preparação;

II. Divulgação;

III. Apresentação de lances ou propostas, conforme o modo de disputa adotado; IV. Julgamento;

V. Verificação de efetividade dos lances ou propostas;

VI. Negociação;

VII. Habilitação;

VIII. Interposição de recursos;

IX. Adjudicação do objeto;

X. Homologação do resultado ou revogação do procedimento.

§ 1º A fase de habilitação poderá, desde que previsto no Instrumento Convocatório, anteceder à fase de apresentação de propostas ou lances.

§ 2º O Instrumento Convocatório definirá os requisitos, o prazo e a forma de apresentação de questionamentos ou impugnações.

Art. 16. A licitação e a contratação serão precedidas de planejamento e ou levantamento de demanda setorial para atender a necessidade de bens e ou serviços.

Art. 17. A licitação e a contratação deverão ser precedidas de planejamento para as demandas.

Art. 18. A fixação de critérios ou requisitos de sustentabilidade ambiental, como especificação técnica do objeto, requisito de habilitação técnica ou como obrigação da contratada, desde que motivada, não frustra o caráter competitivo da licitação.

Da Fase Preparatória

Art. 19. Na fase interna ou preparatória são praticados os atos administrativos destinados à definição do objeto, elaboração do anteprojeto, conforme o caso, projeto básico, termo de referência ou projeto executivo, orçamento, bem como os requisitos de habilitação e contratação, e conterão, no mínimo, conforme o caso, os seguintes elementos:

Parágrafo Único. As licitações deverão preceder a um planejamento para as possíveis demandas comuns anuais a ser realizado pela unidade de compras que definirá,

de forma sucinta e clara o objeto, considerando aspectos relativos à sustentabilidade ambiental, conforme o caso, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que frustrem o caráter competitivo da licitação.

Art. 20. A fase preparatória da contratação atenderá a seguinte sequência de atos:

- a. Solicitação expressa, formal e por escrito da unidade requisitante interessada, com indicação de sua necessidade;
- b. justificativas:
 - b.1 justificativa técnica, para a demanda;
 - b.2 justificativa técnica com a devida aprovação da instância competente, no caso de adoção da inversão de fases, conforme o caso;
 - b.3 justificativa, quando cabível, para:
 - b.3.1 a fixação dos fatores de ponderação na avaliação das propostas técnicas e de preço, quando escolhido o critério de julgamento por técnica e preço;
- c. Especificação do objeto, de forma precisa, clara e sucinta;
- d. Aprovação da autoridade competente conforme alçada, definida na forma deste Regulamento, para início do processo, devidamente motivada e analisada sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância da INVESTE PIAUÍ;
- e. Juntada ao procedimento do projeto básico, nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia, ou a juntada de termo de referência, para bens e serviços comuns, que deverá contar da identificação do objeto, prazos, termos e condições mais adequados para sua execução em face da necessidade a ser entendida e quando necessário a realização dos levantamentos, estudos preliminares, pesquisas e exames para definição do objeto.
- f. Estimativa do valor da contratação, mediante comprovada pesquisa de mercado, na forma prevista neste Regulamento;
- g. Indicação de recursos orçamentários;
- h. Juntada do projeto executivo (se for o caso);
- i. Definição do critério de julgamento e do regime de execução a serem adotados;
- j. Definição de direitos e obrigações das partes contratantes;
- k. Elaboração da minuta do instrumento convocatório e de seus anexos pela Diretoria Central de Licitações, Compras e Contratos por sua Comissão de Licitação da INVESTE PIAUÍ, quando for utilizado as minutas do Edital Padrão;
- l. Aprovação da minuta do instrumento convocatório e de seus anexos pela Assessoria Jurídica da INVESTE PIAUÍ, quando não for utilizado as minutas de Edital Padrão.

Parágrafo único: Serão juntadas ao processo:

- a. Solicitação de contratação/compra do bem, serviço ou solução;
- b. Autorização para instauração do processo;
- c. Projeto básico ou termo de referência, quando for o caso;
- d. Indicação do recurso orçamentário;
- e. Instrumento convocatório e respectivos anexos, quando for o caso;
- f. Comprovante de publicidade da licitação;
- g. Ato de designação da comissão de licitação ou do pregoeiro, conforme o caso;
- h. Original das propostas e dos documentos que as instruírem;
- i. Atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora / pregoeiro e da autoridade competente;
- j. Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;
- k. Atos de homologação e adjudicação do objeto da licitação;
- l. Recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas

manifestações e decisões;

- n. Despacho de anulação, revogação, deserção ou fracasso da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;
- o. Termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
- p. Outros comprovantes de publicações;
- q. Demais documentos relativos à licitação.

Art. 21. A estimativa do valor do objeto da contratação no caso de obras e serviços de engenharia deverá ser obtida a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no sistema referencial de preços adotados da INVESTE PIAUÍ.

Parágrafo Único. No caso de inviabilidade da definição de custos consoante o disposto no caput, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública, em publicações técnicas especializadas, em banco de dados e sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

Art. 22. A estimativa do valor do objeto da contratação no caso de aquisições ou de contratação de serviços que não sejam de engenharia será realizada a partir de qualquer dos seguintes critérios:

- I. Por meio da elaboração de planilha de custos e formação de preços pela própria INVESTE PIAUÍ;
- II. Pesquisa em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;
- III. Contratações similares realizadas pela própria INVESTE PIAUÍ ou por outros entes públicos ou privados;
- IV. Pesquisa junto a fornecedores de bens ou prestadores de serviços;
- V. Outras fontes hábeis para informar valores correntes praticados para objeto similar ao pretendido.

Art. 23. O orçamento previamente estimado para a contratação será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

§ 1º Mediante justificativa apresentada na fase de preparação, o orçamento estimado da licitação poderá ser divulgado;

§ 2º Na hipótese em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o valor estimado da contratação deixará de ser sigiloso e deverá constar do instrumento convocatório.

§ 3º No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será incluído no instrumento convocatório.

§ 4º A informação relativa ao valor estimado do objeto da licitação, ainda que tenha caráter sigiloso, será disponibilizada aos órgãos de controle externo e interno, devendo a INVESTE PIAUÍ registrar em documento formal sua disponibilização a estes órgãos, sempre que solicitado.

§ 5º Nos casos de orçamento de referência do custo global de obras e serviços de engenharia provenientes de tabelas/sistemas oficiais de preços como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), e ainda para as licitações com regime de empreitada integral ou semi-integral, valor estimado da contratação poderá deixará de ser sigiloso e deverá constar do instrumento convocatório.

Art. 24. O orçamento de referência do custo global de obras e serviços de engenharia será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou no Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários, devendo ser observadas as peculiaridades geográficas.

Parágrafo único. No caso de inviabilidade da definição dos custos consoante o disposto no *caput*, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em banco de dados e sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

Art. 25. O valor estimado do objeto a ser licitado, no caso de utilização de contratação integrada ou semi-integrada, será calculado com base em valores de mercado, em valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou em avaliação do custo global da obra, aferido mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica.

Art. 26. No caso de licitação para aquisição ou locação de bens, a INVESTE PIAUÍ poderá:

I - Indicar marca ou modelo, nas seguintes hipóteses:

- a. em decorrência da necessidade de padronização do objeto, devidamente justificada a partir de parecer técnico aprovado pela autoridade competente;
- b. quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor, em razão de circunstância técnica, jurídica ou operacional, constituir o único capaz de atender à necessidade da Unidade requisitante, situação essa que requer justificativa aposta em documento aprovado pela autoridade competente;
- c. quando for necessária, para compreensão do objeto, a identificação de determinada marca ou modelo apto a servir como referência, situação em que será obrigatório o acréscimo da expressão "ou similar ou de melhor qualidade";
 - II. Exigir amostra do bem no procedimento de pré-qualificação e na fase de julgamento das propostas ou de lances, desde que justificada a necessidade de sua apresentação;
 - III. Solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada, conforme o caso;
 - IV. Solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante;

§ 1º O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, a adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou a certificação da qualidade do produto por instituição credenciada.

§ 2º É facultada à INVESTE PIAUÍ a exclusão de marcas ou de produtos para as aquisições e ou locações de bens quando:

- I. Decorrente de pré-qualificação de objeto;
- II. Indispensável para melhor atendimento do interesse da INVESTE PIAUÍ, comprovado mediante justificativa técnica, operacional ou jurídica;
- III. Mediante processo administrativo restar comprovado que os produtos adquiridos e utilizados anteriormente não apresentaram o padrão de qualidade mínimo necessário ao atendimento das necessidades da INVESTE PIAUÍ, ficando facultado nesse caso ao interessado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Art. 27. A padronização referida neste Regulamento será precedida de processo administrativo iniciado após a constatação da sua necessidade e cabimento, devendo ser constituída uma comissão especial para avaliação e encaminhamento à autoridade competente para decisão.

§ 1º O processo administrativo de padronização deverá ser instruído com parecer técnico que justifique a sua utilidade e economicidade.

§ 2º A padronização será decidida pela autoridade competente, devendo ser publicada no sítio eletrônico da INVESTE PIAUÍ com a síntese da justificativa e a descrição sucinta do padrão definido e revista periodicamente.

§ 3º A decisão sobre padronização poderá ser impugnada, no prazo de 10 (dez) dias úteis da sua publicidade, mediante a apresentação de elementos capazes de demonstrar a inadequação das especificações adotadas ou das condições que justificaram a padronização, de laudo técnico de instituição oficial ou credenciada por órgãos oficiais que demonstre a existência de outros produtos com as mesmas condições que justificaram a padronização.

Art. 28. Nas contratações da INVESTE PIAUÍ poderão ser utilizados um dos seguintes regimes de execução:

- I. Empreitada por preço unitário;
- II. Empreitada por preço global;
- III. Contratação por tarefa;
- IV. Empreitada integral;
- V. Contratação semi-integrada;
- VI. Contratação integrada.

Art. 29. A INVESTE PIAUÍ poderá, mediante justificativa, contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço, desde que não implique perda de economia de escala, quando:

- I. O objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado; ou
- A múltipla execução for conveniente para atender a necessidade da empresa.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, a INVESTE PIAUÍ deverá manter o controle individualizado da execução do objeto contratual relativamente a cada uma das contratadas.

Art. 30. As minutas dos instrumentos convocatórios e seus respectivos contratos, bem como os convênios e demais ajustes, quando diversos das minutas padrão aprovadas em conjunto com o presente Regulamento ou que vierem a ser futuramente aprovadas, deverão ser submetidas a parecer jurídico prévio.

Art. 31. É vedada a adoção de qualquer ato ou conduta em desacordo com as normas desta Regulamento.

Art. 32. É facultado a Investe Piauí, na fase interna ou preparatória, realizar os seguintes procedimentos que se caracterizam como diálogo com o mercado:

- a - procedimento de manifestação de interesse para a obtenção pela Investe Piauí de projetos, levantamentos, investigações ou estudos com a finalidade de subsidiar o planejamento das licitações;
- b - tomada de subsídios para colher informações de eventuais empresas para a construção

do conhecimento sobre dada matéria, a fim de definir o objeto e requisitos de licitação, possibilitando, aos interessados, o encaminhamento de contribuições por escrito a Investe Piauí, inclusive por meio da apresentação de estudos, laudos, pareceres e outros documentos;

c - reunião participativa para obter, em sessões presenciais, manifestações e contribuições orais ou escritas sobre matéria específica, inclusive mediante apresentação de estudos, laudos, pareceres e outros documentos;

d - road show que, para efeitos desse Regulamento, consiste na apresentação da empresa, de produtos, oportunidades de negócio ou de investimento em eventos destinados ao mercado nacional ou internacional;

e - request for information (RFI) para solicitar, de empresas previamente identificadas como potenciais licitantes, informações técnicas escritas, preliminares e parciais, sobre demandas identificadas pela Investe Piauí;

f - request for proposal (RFP) para solicitar, de empresas previamente identificadas como potenciais licitantes, orçamentos prévios e informações técnicas escritas sobre minutas de documentos técnicos, como termo de referência, anteprojeto, projeto básico e matriz de risco, a fim de consolidá-los para versão definitiva;

g - consulta pública com a finalidade de obter informações, opiniões e críticas da sociedade, possibilitando aos interessados o encaminhamento por escrito de contribuições e questionamentos, para consolidar a versão final de edital e documentos que lhe são anexos;

f - audiência pública para consolidar a versão final de edital e documentos que lhe são anexos, possibilitando aos interessados a participação oral em sessão presencial, a fim de encaminhar contribuições ou realizar questionamentos.

Das Comissões de Licitação

Art. 33. As licitações serão processadas e julgadas por Comissão ou Responsável, conforme o caso, vinculados à Diretoria Central de Licitações, Compras e Contratos, formalmente designados pela instância competente.

§ 1º As comissões de que trata o *caput* serão compostas por, no mínimo, 3 (três) membros, capacitados, vinculados ao quadro funcional como estatutário e/ou empregados da Companhia INVESTE PIAUÍ incluindo suas subsidiárias.

§ 2º Os membros da Comissão de Licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver registrada na ata da reunião em que adotada a decisão.

§ 3º Nas licitações para contratação de serviços de publicidade, será observado o disposto no Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, no que não conflitar com a Lei nº 13.303/16

§ 4º O mandato da comissão permanente de licitação é de 1 (um) ano, podendo, a critério da autoridade competente, haver a recondução para períodos subsequentes.

§ 5º A critério da autoridade competente e mediante justificativa prévia, a qualquer tempo poderá ser constituída uma comissão especial de licitação vinculada a Diretoria Central de Licitações, Compras e Contratos para processar e julgar um certame específico, ficando, automaticamente extinta com o atingimento dessa finalidade.

§ 6º Atendidos os requisitos regimentais da INVESTE PIAUÍ, aos membros das comissões permanentes e especiais de licitação poderá ser concedida gratificação especial pelo desempenho de atividades inerentes a estas funções.

Art. 34. Compete às comissões de licitação e ao Responsável:

- I - elaborar edital, processar licitações, receber e responder a pedidos de esclarecimentos, receber e decidir as impugnações contra o instrumento convocatório;
- II - receber, examinar e julgar as propostas e documentos de habilitação conforme requisitos e critérios estabelecidos no instrumento convocatório;
- III - desclassificar propostas nas hipóteses previstas no instrumento convocatório;
- IV - receber e examinar os documentos de habilitação, de acordo com os requisitos no Instrumento Convocatório;
- V - receber e processar os recursos em face das suas decisões;
- VI - receber os recursos, apreciar sua admissibilidade e encaminhá-los à instância competente, na hipótese de não se reconsiderar a decisão; dar ciência aos interessados das decisões adotadas nos procedimentos;
- VII - Encaminhar os autos da licitação à autoridade competente para deliberação;
- VIII - encaminhar os autos da licitação à instância competente para adjudicar o objeto e homologar a licitação;
- IX - convocar o licitante vencedor para a assinatura do contrato;
- X - propor à instância competente a revogação ou a anulação da licitação; e
- XI - propor à autoridade competente a instauração de processo administrativo punitivo objetivando a aplicação de sanções.

Parágrafo único. É facultado à Comissão de Licitação e ao responsável, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

Do Instrumento Convocatório

Art. 35. O instrumento convocatório deverá ser elaborado pela Diretoria de Licitações e conterá, conforme o caso, os seguintes elementos:

- a. objeto da licitação e sua quantidade, de forma clara e sucinta;
- b. data, hora, local e a forma de realização da licitação, eletrônica ou presencial;
- c. modo de disputa, aberto, fechado ou combinado, os critérios de classificação para cada etapa da disputa e as regras para apresentação de propostas e de lances;
- d. requisitos de conformidade das propostas;
- e. prazo de apresentação das propostas;
- f. critérios de julgamento e os critérios de desempate;
- g. valor orçado da licitação quando não for sigiloso, a sua indicação;
- h. requisitos de habilitação;
- i. exigências, quando for o caso, de marca ou modelo, de amostra, de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação como requisito para aceitação das propostas na licitação e de carta de solidariedade emitida pelo fabricante ou por terceiro, quando for o caso;
- j. prazo de validade da proposta a serem apresentado pelas licitantes;
- k. prazos e meios para apresentação de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos;
- l. prazos e condições para a entrega do objeto;
- m. definição de direitos e obrigações das partes contratantes;
- n. formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando

for o caso;

- o. exigência de garantias e seguros, quando for o caso;
- p. tipificação de condutas irregulares e as sanções aplicáveis em face de ilícitos cometidos no procedimento licitatório ou contratual;
- q. indicação de que as propostas deverão apresentar preços correntes de mercado;
- r. outras indicações específicas da licitação; e
- t. matriz de riscos, conforme o caso.

Parágrafo único. Integram o instrumento convocatório, como anexos, dele fazendo parte integrante:

- I - o anteprojeto de engenharia, no caso de contratação integrada, com elementos técnicos que permitam a caracterização da obra ou do serviço e a elaboração e comparação, de forma isonômica, das propostas a serem ofertadas pelos particulares;
- II - projeto básico, nos casos de empreitada por preço unitário, de empreitada por preço global, de empreitada integral e de contratação semi-integrada ou o projeto executivo, caso esteja disponível;
- III - termo de referência no caso de aquisição ou contratação de serviços, exceto serviços de engenharia;
- IV - Minuta do contrato, quando for o caso;
- V - Especificações complementares e as normas de execução, quando aplicáveis;
- VI - Planilhas de composição de custos globais e unitários, e outros documentos relevantes em face da complexidade e de natureza do objeto da licitação.

Art. 36. É vedado constar do instrumento convocatório, excetuando as possibilidades previstas neste Regulamento e que demandam de prévia motivação, as seguintes disposições:

- I - cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes, sem prévia motivação;
- II - qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;
- III - exigência de comprovação de atividades ou de aptidão com limitações de tempo, época, locais específicos que inibam indevidamente a participação na licitação;
- IV - utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da competitividade entre os licitantes.

Art. 37. O instrumento convocatório poderá ser impugnado, motivadamente, por qualquer pessoa física ou jurídica até o 5º dia útil anterior à data fixada para a entrega dos envelopes.

§ 1º A INVESTE PIAUÍ deve processar, julgar e decidir a impugnação interposta em até 3 (três) dias úteis contados da interposição.

§ 2º Na hipótese de a INVESTE PIAUÍ não decidir a impugnação até a data fixada para a entrega das propostas, a licitação deverá ser adiada, convocando -se nova data para entrega das propostas.

§ 3º Compete à autoridade signatária do instrumento convocatório decidir as impugnações interpostas.

§ 4º Se a impugnação for julgada procedente, a INVESTE PIAUÍ deverá:

- I - Na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente;
- II - Na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, corrigir o ato, devendo:

a) republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original,

devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame;

b) comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes.

§ 5º Se a impugnação for julgada improcedente, a INVESTE PIAUÍ deverá comunicar a decisão diretamente ao Impugnante, dando seguimento à licitação.

Art. 38. Até o 5º dia útil anterior à data fixada para a entrega dos envelopes, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos acerca da licitação, que deverão ser respondidos pela autoridade signatária do instrumento convocatório, em até 3 (três) dias úteis contados da interposição.

§ 1º As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados e passam a integrar o instrumento convocatório na condição de anexos.

§ 2º Na hipótese de a INVESTE PIAUÍ não responder o pedido até a data fixada para a entrega das propostas, a licitação deverá ser adiada, convocando -se nova data para entrega das propostas.

Art. 39. A apresentação dos envelopes ou o registro de ofertas no sistema de licitações eletrônicas contendo as propostas e a documentação de habilitação implica aceitação irrestrita das condições estabelecidas no Instrumento Convocatório.

Das Exigências de Habilitação

Art. 40. Para a habilitação será exigida dos interessados, exclusivamente, documentação relativa à:

I - Habilitação jurídica;

II - Qualificação técnica;

III - Qualificação econômico-financeira;

IV - Regularidade fiscal;

V - Recolhimento de quantia a título de adiantamento, tratando-se de licitações em que se utilize como critério de julgamento a maior oferta de preço.

Parágrafo único. Poderá ocorrer a inabilitação quando o licitante não apresentar os requisitos de qualificação técnica necessários ao nível estabelecido de compliance para a execução do objeto licitado.

Da Habilitação Jurídica

Art. 41. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I. Cédula de identidade, no caso de pessoa física;

II. Registro comercial, no caso de empresa individual;

III. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;

IV. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

V. Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

Da Qualificação Técnica

Art. 42. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á:

- I. Ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente;
- II. À comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- III. À prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando foro caso;
- IV. Prova de requisitos de sustentabilidade ambiental, quando couber.

§ 1º No caso das licitações pertinentes a obras e serviços, a comprovação da aptidão referida no inciso II deste artigo será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, se houver, suficientes para comprovar a aptidão do licitante.

§ 2º A exigência relativa à capacitação técnica limitar-se-á à apresentação pelo licitante de Certidão de Acervo Técnico - CAT, acompanhada do respectivo Atestado, por execução de obra ou serviço de características semelhantes às do objeto da licitação, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, conforme previsto no instrumento convocatório.

§ 3º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo mencionadas no parágrafo anterior serão definidas no instrumento convocatório podendo, conforme o caso, ser exigida uma experiência correspondente a até 50% (cinquenta por cento) de tais parcelas, podendo ser admitida a somatória de atestados, conforme instrumento convocatório.

§ 4º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedadas as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 5º Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela INVESTE PIAUÍ.

§ 6º Nas licitações para fornecimento de bens, desde que devidamente justificada a pertinência dessa exigência no processo administrativo de contratação, a INVESTE PIAUÍ poderá fixar no instrumento convocatório da licitação a exigência de apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado informando que a licitante já executou objeto compatível e pertinente em quantidades, características e prazos com o objeto da licitação, podendo ser exigida uma experiência correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do referido objeto, admitida a somatória de atestados, conforme instrumento convocatório.

Da Qualificação Econômico-Financeira

Art. 43. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

- I - Apresentação de balanço patrimonial do último exercício social já exigível na forma da lei.

§ 1º A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, por meio de cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório e devidamente justificados no processo administrativo da licitação, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados.

§ 2º A exigência constante no § 1º limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir, vedada a fixação de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º A INVESTE PIAUÍ, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório, a exigência de patrimônio líquido mínimo, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico - financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser posteriormente celebrado.

§ 4º O valor do patrimônio líquido a que se refere o § 3º não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização por índices oficiais.

Da Regularidade Fiscal

Art. 44. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, conforme o caso;
- II. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- III. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- IV. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa.

Das Disposições Gerais sobre Habilitação

Art. 45. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, mediante cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da INVESTE PIAUÍ, membro da comissão de licitação ou pregoeiro, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.

§ 1º Os documentos de habilitação poderão ser substituídos, total ou parcialmente, pelo Certificado de Registro Cadastral — CRC da INVESTE PIAUÍ, em conformidade com as disposições do respectivo Edital.

§ 2º As empresas estrangeiras atenderão, nas licitações internacionais, às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

§ 3º As certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária, desde que assim instituídas pelo órgão emissor, poderão ser emitidas pela internet (rede mundial de computadores), sendo válidas independentemente de assinatura ou chancela de servidor dos órgãos emissores.

Art. 46. A habilitação atenderá ainda as seguintes disposições:

- I. Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante vencedor, exceto no caso de inversão de fases;
- II. No caso de inversão de fases, só serão abertos os envelopes e julgadas as propostas dos licitantes previamente habilitados;
- III. Poderão ser exigidos requisitos de sustentabilidade ambiental;
- IV. Poderá ser solicitada a comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, mediante, dentre outros documentos, de cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços.

Art. 47. Concluída a habilitação ou a verificação da efetividade da proposta, quando houver a inversão de fases, exaurida a fase recursal, o objeto deverá ser adjudicado e a licitação homologada.

Parágrafo único. A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor, salvo no caso de licitação com sistema de registro de preços.

Da Participação em Consórcio

Art. 48. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

- I. Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II. Indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no instrumento convocatório;
- III. Apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório por parte de cada consorciada, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada uma consorciada,
- IV. Comprovação de qualificação econômico-financeira, conforme consta no instrumento convocatório, considerando que o somatório dos valores na proporção de sua respectiva participação, podendo a INVESTE PIAUÍ estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para o licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte assim definidas em lei;
- V. Demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos requisitos contábeis definidos no instrumento convocatório.
- VI. Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente;
- VII. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio.

§ 1º O instrumento convocatório conterà exigência de que conste cláusula de responsabilidade solidária:

- I - no compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos licitantes; e
- II - no contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor.

§ 2º No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso II do *caput*.

§ 3º O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do *caput*.

§ 4º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Investe Piauí.

§ 5º O instrumento convocatório poderá, no interesse do BB, fixar a quantidade

máxima de pessoas jurídicas organizadas por consórcio.

Das Preferências nas Aquisições e Contratações

Art. 49. Serão concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte, os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, na forma estabelecida neste Regulamento.

Art. 50. Para os efeitos deste Regulamento, aplicam-se as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 51. Havendo algum defeito na regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, contado do julgamento da habilitação ou, na hipótese de inversão de fases, da classificação final dos licitantes, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Parágrafo único. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no caput deste artigo, implicará na inabilitação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento, devendo a INVESTE PIAUÍ convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a análise de sua habilitação e prosseguimento do certame.

Art. 52. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações pelos modos aberto ou fechado sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º No caso de licitações para a aquisição de bens e serviços comuns percentual a que se refere o § 1º será de 5 % (cinco por cento).

Art. 53. Para efeito do disposto no artigo anterior deste Regulamento, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será classificada em 1º lugar;

II - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do Art. 56 deste Regulamento, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

II - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nos parágrafos do Art. 56 deste Regulamento, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo, será mantida a ordem de classificação original do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta final não tiver

sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço no prazo fixado pelo instrumento convocatório, após o encerramento da fase competitiva, sob pena de preclusão.

Art. 54. Nas contratações da INVESTE PIAUÍ, será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, e para tanto:

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - Poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte,

III - Deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os pagamentos destinados às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, ocorrerão exclusivamente à Contratada.

§ 2º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme previsão contida no instrumento convocatório, a qual deverá ser precedida justificativa nos autos do processo administrativo de contratação para a adoção do benefício e do percentual previsto.

Art. 55. Não se aplica o disposto no Art. 54 quando:

I. Não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III. A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 29 e 30 da Lei nº 13.303/2016, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do Art. 29 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte;

V. Em caso de serviços e objetos indivisíveis, mediante justificativa.

Disposições Gerais para a Contratação de Obras e Serviços de Engenharia

Art. 56. Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes, desde que observado os ditames da Lei nº 13.303/2016:

I - Empreitada por preço unitário, nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários;

II - Empreitada por preço global, quando for possível definir previamente no Projeto

Básico e ou Executivo, com boa margem de precisão, as quantidades dos materiais e serviços a serem posteriormente executados na fase contratual;

III - Contratação por tarefa, em contratações de profissionais autônomos ou de pequenas empresas para realização de serviços técnicos comuns e de curta duração;

IV - Empreitada integral, nos casos em que o contratante necessite receber o empreendimento, normalmente de alta complexidade, em condição de operação imediata;

V- Contratação semi-integrada, quando for possível definir previamente no Projeto Básico as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, em obra ou serviço de engenharia que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias;

VI - Contratação integrada, quando a obra ou o serviço de engenharia for de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica do objeto licitado ou puder ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado.

Parágrafo único. Serão obrigatoriamente precedidas pela elaboração de Projeto Básico, disponível para exame de qualquer interessado, as licitações para a contratação de obras e serviços, com exceção daquelas em que for adotado o regime de contratação integrada.

Art. 57. As contratações sob regime de execução de contratação semi-integradas e integrada restringir-se-ão a obras e serviços de engenharia e observarão, além das disposições contidas na Lei nº 13.303/16, os seguintes requisitos:

I. O instrumento convocatório deverá conter:

a. Anteprojeto de engenharia, no caso de contratação integrada, com elementos técnicos que permitam a caracterização da obra ou do serviço e a elaboração e comparação, de forma isonômica, das propostas a serem ofertadas pelos particulares;

b. Projeto Básico, nos casos de empreitada por preço unitário, de empreitada por preço global, de empreitada integral e de contratação semi-integrada;

c. parecer técnico, assim entendido como sendo a definição precisa das frações do empreendimento em que haverá liberdade de as contratadas inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, seja em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no Projeto Básico da licitação, seja em termos de detalhamento dos sistemas e procedimentos construtivos previstos nessas peças técnicas;

d. matriz de riscos.

II. O valor estimado do objeto a ser licitado será calculado com base em valores de mercado, em valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou em avaliação do custo global da obra, aferido mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica, quando das contratações de obras e serviços de engenharia contratadas pelo regime de empreitada integrada.

III. O critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço ou de melhor combinação de técnica e preço, pontuando-se na avaliação técnica as vantagens e os benefícios que eventualmente forem oferecidos para cada produto ou solução;

IV. Na contratação semi-integrada, o Projeto Básico poderá ser alterado pela Licitante/Contratada para contemplar as alterações decorrentes das liberalidades constantes no edital, desde que aprovadas pela Diretoria da Área Solicitante da INVESTE PIAUÍ, uma vez demonstrada a superioridade das inovações em termos de:

a. redução de custos;

b. aumento da qualidade;

c. redução do prazo de execução;

d. facilidade de manutenção; ou

e. facilidade de operação.

§ 1º No caso dos orçamentos de obras e serviços de engenharia contratados pelo regime de execução de empreitada integrada:

I - sempre que o anteprojeto da licitação, por seus elementos mínimos, assim o permitir, as estimativas de preço devem se basear em orçamento tão detalhado quanto possível, devendo a utilização de estimativas paramétricas e a avaliação aproximada baseada em outras obras similares ser realizadas somente nas frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto da licitação, exigindo-se das contratadas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento em seus demonstrativos de formação de preços;

II - quando utilizada metodologia expedita ou paramétrica para abalizar o valor do empreendimento ou de fração dele, consideradas as disposições do inciso I, entre 2 (duas) ou mais técnicas estimativas possíveis, deve ser utilizada nas estimativas de preço-base a que viabilize a maior precisão orçamentária, exigindo -se das licitantes, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento na motivação dos respectivos preços ofertados.

§ 2º Nas contratações integradas ou nas contratações semi-integradas em que a Licitante/Contratada apresentar proposta de alteração de Anteprojeto ou Projeto Básico, conforme o caso, que venha a ser aprovada pela Diretoria da Área Solicitante, os riscos decorrentes de fatos supervenientes deverão ser alocados na Matriz de Risco como sendo responsabilidade integral da Licitante/Contratada, que deverá arcar integralmente com os custos e efeitos decorrentes da alteração que se mostrarem associados às parcelas para alteradas.

§ 3º Não será admitida, por parte da INVESTE PIAUÍ, como justificativa para a adoção do regime de contratação integrada, a ausência de Projeto Básico.

Da Alienação de Bens

Art. 58. A alienação de bens será precedida de:

I - avaliação formal do bem contemplado, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos XVI a XVIII do art. 146 Regulamento;

II - licitação, ressalvado o previsto no art. 145 das licitações dispensáveis deste Regulamento.

Art. 59. Aplicam-se à atribuição de ônus real a bens integrantes do acervo patrimonial da Investe Piauí, as disposições deste Regulamento relativas à alienação, inclusive em relação às hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Art. 60. O processo de alienação será realizado presencialmente ou eletronicamente, e poderão ser adotados os critérios de julgamento maior oferta ou melhor destinação de bens alienados.

Da Publicidade

Art. 61. Os avisos contendo os resumos dos Editais de licitação serão previamente publicados no Diário Oficial do Estado do Piauí, sem prejuízo da possibilidade de publicação em jornal diário de grande circulação, e respectivos documentos na íntegra serão disponibilizados em portal específico eletrônico e no sítio eletrônico da INVESTE PIAUÍ, na internet.

I - Serão divulgados no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico da INVESTE PIAUÍ, os extratos de contratos e de termos aditivos e os chamamentos públicos.

§ 1º Os atos de julgamento, adjudicação e de homologação da licitação serão divulgados no sítio eletrônico da INVESTE PIAUÍ.

§ 2º O aviso da licitação conterá a definição resumida do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser consultada ou obtida a íntegra do instrumento convocatório, bem como o endereço, data e hora da sessão pública, devendo ser priorizada a disponibilização gratuita e integral no sítio eletrônico da INVESTE PIAUÍ.

§ 3º Serão mantidas no sítio eletrônico da INVESTE PIAUÍ todas as informações concernentes a processos licitatórios, os respectivos instrumentos convocatórios, resultados dos certames, bem como todos os contratos e aditivos celebrados, de maneira a assegurar a identificação dos objetos contratados, o valor das contratações e qualificação sucinta das pessoas contratadas.

Art. 62. Na publicidade das licitações deverão ser observados os seguintes prazos mínimos:

I - Para aquisição de bens:

a. 5 (cinco) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto;

b. 10 (dez) dias úteis, nas demais hipóteses.

II. Para contratação de obras e serviços:

a. 15 (quinze) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto;

b. 30 (trinta) dias úteis, nas demais hipóteses;

III. No mínimo 45 (quarenta e cinco) dias úteis para licitação em que se adote como critério de julgamento a melhor técnica ou a melhor combinação de técnica e preço, bem como para licitação em que haja contratação semi-integrada ou integrada.

§1º. O termo inicial para a contagem dos prazos mínimos fixados por este artigo será a data da última veiculação do aviso da licitação.

§2º. As modificações promovidas no instrumento convocatório serão objeto de divulgação nos mesmos termos e prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não afetar a preparação das propostas.

Da Fase Externa - Disposições Gerais

Art. 63. A fase externa tem início com a divulgação do instrumento convocatório.

Art. 64. As licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.

§ 1º Nos procedimentos sob a forma eletrônica, a INVESTE PIAUÍ poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

§ 2º As licitações sob a forma eletrônica poderão ser processadas por meio do sistema eletrônico usual e disponível no mercado a escolha da Investe Piauí.

Art. 65. Após a publicidade do instrumento convocatório inicia-se a fase de apresentação de propostas ou lances, conforme o modo de disputa adotado.

Da Apresentação das Propostas ou Lances - Disposições Gerais

Art. 66. As licitações poderão adotar os modos de disputa aberto, fechado ou a combinação de ambos.

Art. 67. Os licitantes deverão apresentar na abertura da sessão pública declaração de que atendem aos requisitos de habilitação.

§ 1º. Os licitantes que se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte deverão apresentar também declaração de seu enquadramento.

§ 2º. Nas licitações sob a forma eletrônica, deverá constar a opção para apresentação pelos licitantes das declarações de que trata este artigo.

§ 3º. Os licitantes, nas sessões públicas, deverão ser previamente credenciados para oferta de lances junto ao sistema eletrônico adotado.

Art. 68. A Comissão de Licitação ou o Responsável verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório quanto ao objeto e ao preço.

Parágrafo único. Serão imediatamente desclassificados, mediante decisão motivada, os licitantes cujas propostas não estejam em conformidade com os requisitos.

Art. 69. As licitações presenciais observarão o seguinte procedimento:

I - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se foro caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

II - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

III - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério definido no instrumento convocatório, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

IV - encerrada a etapa competitiva por meio da apresentação de lances, o A Comissão ou Responsável verificará a incidência de eventual direito de preferência a ser concedido à licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

V - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá Comissão ou Responsável decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

VI - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Comissão ou Responsável procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

VII - a habilitação far-se-á de acordo com o disposto no instrumento convocatório e neste Regulamento;

VIII - os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Cadastro da INVESTE PIAUÍ, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, desde que previsto no Edital;

IX- verificado o atendimento das exigências fixadas no edital o licitante será declarado vencedor;

X - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, Comissão ou Responsável examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

XI - o Comissão ou Responsável deverá intentar negociação visando a obtenção de melhores condições de preço ou qualidade diretamente com o proponente autor da proposta melhor classificada;

XII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XIII - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XIV - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Comissão ou Responsável ao vencedor;

XV- decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor; e

XVI - homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital.

Art. 70. As licitações eletrônicas observarão o seguinte procedimento:

I - A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando Comissão ou Responsável com a utilização de sua chave de acesso e senha;

II - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha;

III - A Comissão ou Responsável verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital;

IV - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

V - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet;

VI - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão ou Responsável e os licitantes;

VII - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Comissão ou Responsável, sendo que somente estas participarão da fase de lance;

VIII - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico;

IX - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro;

X- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital;

XI - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

- XII - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;
- XIII - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- XIV - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão da Comissão ou Responsável, em prazo nunca inferior a 5 (cinco) minutos, com exceção da licitação em que tenha sido classificada apenas uma proposta, que poderá ser encerrado em prazo inferior;
- XV - A partir do encerramento da etapa de lances pela Comissão ou Responsável, dar-se-á início à etapa de lances por tempo randômico, através de sistema eletrônico que encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, que durará até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- XVI - encerrada a etapa competitiva por meio da apresentação de lances, o sistema verificará a incidência de eventual direito de preferência a ser concedido a licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- XVII - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que sejam obtidas melhores condições; XVIII - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- XX - No caso de desconexão a Comissão ou Responsável, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
- XX - Quando a desconexão da Comissão ou Responsável persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação; XXI - Encerrada a etapa de lances, a Comissão ou Responsável examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital;
- XXI - A habilitação dos licitantes será realizada de acordo com o disposto neste RILCC e no instrumento convocatório;
- XXI - Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Comissão ou Responsável examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;
- XXIV- Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;
- XXV - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, no prazo do instrumento convocatório de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar imediata sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;
- XXVI - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração do vencedor, nos termos do inciso anterior, importará na decadência desse direito, ficando a Comissão ou Responsável autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;
- XXVII - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos

insuscetíveis de aproveitamento;

XXVIII - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente na forma deste Regulamento adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

Art. 71. As licitações poderão também adotar os modos de disputa aberto, fechado ou combinado no caso de parcelamento do objeto.

Do Modo de Disputa Aberto

Art. 72. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas escritas ou eletrônicas em sessão pública e, na sequência, ofertarão lances sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado.

Parágrafo único. O instrumento convocatório poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

Art. 73. Poderão ser admitidos:

- I - a apresentação de lances intermediários;
- II - o reinício da disputa aberta, após a definição do melhor lance, para definição das demais colocações, quando existir diferença de pelo menos 10% (dez por cento) entre o melhor lance e o subsequente.

Parágrafo único. Consideram-se intermediários os lances:

- I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o julgamento pelo critério da maior oferta;
- II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

Art. 74. Caso a licitação pelo modo de disputa aberto seja realizada sob a forma presencial, serão adotados, adicionalmente, os seguintes procedimentos:

- I - as propostas iniciais serão classificadas de acordo com a ordem de vantajosidade;
- II - a comissão de licitação convidará individual e sucessivamente os licitantes, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta menos vantajosa, seguido dos demais; e
- III - a desistência do licitante em apresentar lance, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas, exceto no caso de ser o detentor da melhor proposta, hipótese em que poderá apresentar novos lances sempre que esta for coberta.

Do Modo de Disputa Fechado

Art. 75. No modo de disputa fechado, as propostas escritas ou eletrônicas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para que sejam divulgadas.

§1º. No caso de licitação presencial, as propostas deverão ser apresentadas em envelopes fechados, abertos em sessão pública e ordenadas conforme critério de vantajosidade.

§2º. As demais regras do modo de disputa fechado seguirá o que estiver previsto no edital da licitação.

Da Combinação dos Modos de Disputa

Art. 76. No caso de parcelamento do objeto, cada item ou lote licitado poderá adotar um modo de disputa diverso, aberto ou fechado.

Parágrafo único. A combinação dos modos de disputa aberto e fechado poderá ser realizada no caso de parcelamento do objeto, quando da adoção de licitação por itens ou por lotes.

Do Julgamento das Propostas Dos Critérios de Julgamento

Art. 76. Nas licitações da INVESTE PIAUÍ poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

- I - menor preço;
- II - maior desconto;
- III - melhor combinação de técnica e preço;
- IV - melhor técnica; V - melhor conteúdo artístico;
- VI - maior oferta de preço;
- VII - maior retorno econômico;
- VIII - melhor destinação de bens alienados.

§ 1º O julgamento das propostas observará os parâmetros definidos no instrumento convocatório, sendo vedado computar vantagens ali não previstas.

§2º Os critérios de julgamento serão expressamente identificados no instrumento convocatório e poderão ser combinados na hipótese de parcelamento do objeto.

§ 3º Na hipótese de adoção dos critérios referidos nos incisos III, IV, V e VII do *caput* deste artigo, o julgamento das propostas será efetivado mediante o emprego de parâmetros específicos, definidos no instrumento convocatório, destinados a limitar a subjetividade do julgamento.

Menor Preço ou Maior Desconto

Art. 77. O critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto considerará o menor dispêndio para a INVESTE PIAUÍ, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade e prazos definidos no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme parâmetros fixados no instrumento convocatório.

Art. 78. O critério de julgamento por maior desconto:

- I - terá como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, estendendo-se o desconto oferecido nas propostas ou lances vencedores a eventuais termos aditivos; II
- no caso de obras e serviços de engenharia, o desconto incidirá de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do orçamento estimado, que deverá obrigatoriamente integrar o instrumento convocatório.

Parágrafo único. A adoção do critério de julgamento baseado no maior desconto, para as contratações de obras e serviços de engenharia, deverá ser precedida de justificativa de sua vantajosidade sobre o critério de julgamento baseado na indicação do menor valor nominal, que deverá ser anexada aos autos do processo administrativo de contratação.

Melhor Combinação de Técnica e Preço ou Melhor Técnica

Art. 79. Os critérios de julgamento pela melhor combinação de técnica e preço ou de melhor técnica serão utilizados, em especial, nas licitações destinadas a contratar objeto:

I. de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica ou técnica; ou que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado, pontuando-se as vantagens e qualidades oferecidas para cada produto ou solução.

§ 1º Será escolhido um dos critérios de julgamento a que se refere o caput quando a necessidade técnica demandar qualidade que não possa ser obtida apenas pela fixação de requisitos mínimos estabelecidos no instrumento convocatório e quando o fator preço não seja preponderante para a escolha da melhor proposta.

§ 2º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas técnicas.

Art. 80. No julgamento pelo critério de melhor combinação de técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e de preço apresentadas pelos licitantes, segundo fatores de ponderação objetivos previstos no instrumento convocatório.

§ 1º O fator de ponderação técnico poderá ser fixado em até 70% (setenta por cento).

§ 2º O instrumento convocatório estabelecerá pontuação mínima para as propostas técnicas e valor máximo para aceitação do preço, cujo não atendimento em ambos os casos implicará desclassificação da proposta.

§ 3º No critério de julgamento de melhor combinação de técnica e preço, será adotado o seguinte procedimento:

I - serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas e feita a avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios definidos com clareza e objetividade no instrumento convocatório e que considerem, entre outros, os seguintes critérios:

- a. capacitação e a experiência do proponente;
- b. qualidade técnica da proposta;
- c. compreensão da metodologia;
- d. organização;
- e. sustentabilidade ambiental;
- f. tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos; e
- g. qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução.

II. ato contínuo serão abertos os envelopes com as propostas de preço de todos os licitantes seguida de avaliação de acordo com os critérios objetivos preestabelecidos no instrumento convocatório;

III. a classificação final far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório.

IV. A critério da Comissão Julgadora, os envelopes de proposta técnica, de preço e habilitação poderão ser abertos em sessões públicas separadas.

Art. 81. No critério de julgamento pela melhor técnica será adotado o seguinte procedimento:

I. serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas e feita a avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios definidos com clareza e objetividade no instrumento convocatório e que considerem, entre outros, os seguintes

critérios:

- a. capacitação e a experiência do proponente;
 - b. qualidade técnica da proposta;
 - c. compreensão da metodologia;
 - d. organização;
 - e. sustentabilidade ambiental;
 - f. tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos; e
 - g. qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução.
- II. classificadas as propostas técnicas, será reputado vencedor o licitante que obtivera maior nota técnica.

Parágrafo único. No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou remuneração será previsto no instrumento convocatório.

Melhor Conteúdo Artístico

Art. 82. O critério de julgamento pelo melhor conteúdo artístico poderá ser utilizado para a contratação de projetos e trabalhos de natureza artística.

Art. 83. O critério de julgamento pelo melhor conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas artísticas apresentadas pelos licitantes, segundo parâmetros objetivos inseridos no instrumento convocatório.

§1º O instrumento convocatório definirá o prêmio ou a remuneração que será atribuída ao vencedor, devendo estabelecer parâmetros mínimos aceitáveis para o objeto posto em competição.

§2º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas.

Art. 84. Nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo melhor conteúdo artístico a comissão de licitação será auxiliada por comissão especial integrada por, no mínimo, três pessoas de reputação ilibada e notório conhecimento da matéria em exame, empregados ou não.

Parágrafo único. Os membros da comissão especial a que se refere o caput responderão por todos os atos praticados, salvo se for consignado posição individual divergente estiver registrada na ata da reunião em que adotada a decisão.

Maior Oferta de Preço

Art. 85. O critério de julgamento pela maior oferta de preço será utilizado no caso de contratos que resultem em receita para a INVESTE PIAUÍ como de alienações, locações, permissões ou concessões de uso de bens.

§ 1º Se adotado o critério de julgamento referido no caput, poderá ser dispensado o cumprimento dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira.

§ 2º Poderá ser requisito de habilitação a comprovação do recolhimento de quantia como garantia, limitada a 5% (cinco por cento) do valor mínimo de arrematação.

§ 3º Na hipótese do § 2º, o licitante vencedor perderá a quantia em favor da INVESTE PIAUÍ caso não efetue o pagamento do valor ofertado no prazo fixado.

§ 4º A alienação de bens da INVESTE PIAUÍ deverá ser justificada, precedida de avaliação que fixe o valor mínimo de arrematação, e de licitação pelo critério de julgamento previsto neste artigo.

Art. 86. Os bens e direitos arrematados serão pagos e entregues ao arrematante nos termos e condições previamente fixadas no instrumento convocatório.

Maior Retorno Econômico

Art. 87. No critério de julgamento pelo maior retorno econômico as propostas serão consideradas de forma a selecionar a que proporcionar a maior economia por meio da redução de suas despesas correntes, remunerando-se o licitante vencedor com base em percentual da economia de recursos gerada, decorrente da execução do contrato.

§ 1º O critério de julgamento pelo maior retorno econômico será utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência.

§ 2º O contrato de eficiência terá por objeto a prestação de serviços, que poderá incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia à INVESTE PIAUÍ, na forma de redução de despesas correntes.

§ 3º O instrumento convocatório deverá prever parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato, que servirá de base de cálculo da remuneração devida ao contratado.

§ 4º Para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico é o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.

Art. 88. Nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo maior retorno econômico, os licitantes apresentarão:

I - proposta de trabalho, que deverá contemplar:

a. as obras, serviços ou bens, com respectivos prazos de realização ou fornecimento;

b. a economia que se estima gerar, expressa em unidade de medida associada à obra, bem ou serviço e expressa em unidade monetária.

II - proposta de preço, que corresponderá a um percentual sobre a economia que se estima gerar durante determinado período, expressa em unidade monetária.

Art. 89. Celebrado o contrato de eficiência, quando não for gerada a economia prevista no lance ou proposta da contratada, a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será descontada da remuneração devida à contratada.

Parágrafo único. Se a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior à remuneração da contratada, será aplicada a sanção prevista no contrato.

Melhor Destinação de Bens Alienados

Art. 90. Na implementação do critério melhor destinação de bens alienados, será obrigatoriamente considerada, nos termos do respectivo instrumento convocatório, a repercussão, no meio social, da finalidade para cujo atendimento o bem será utilizado pelo adquirente.

§ 1º O instrumento convocatório conterá os parâmetros objetivos para aferição da repercussão no meio social da destinação a ser dada pelo bem alienado.

§ 2º A destinação do bem alienado deverá estar alinhada com os objetivos de políticas públicas previstos na carta anual de que trata o Art. 8º inciso I, da Lei nº 13.303/16, com o plano de negócios ou com a estratégia de longo prazo da INVESTE PIAUÍ, ou com valores constitucionais e legais que cumpre à empresa realizar.

§ 3º O descumprimento da finalidade determinada para o bem alienado resultará na imediata restituição do bem ao acervo patrimonial da INVESTE PIAUÍ, vedado, nessa hipótese, o pagamento de indenização em favor do adquirente.

§ 4º O disposto no § 3º não afasta o dever de restituir o valor recebido a título de pagamento.

§ 5º Será reputada vencedora a proposta que, nos termos do disposto no instrumento convocatório, ofereça o preço estimado pela INVESTE PIAUÍ e represente a utilização que produza a melhor repercussão no meio social.

§ 6º A decisão será objetiva e suficientemente motivada.

Do Critério de Desempate

Art. 91. Em caso de empate entre propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

- I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento ou que primeiro registrar no sistema nova proposta, após convocação;
- II - exame do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que previamente instituído sistema objetivo de avaliação;
- III - os critérios estabelecidos no Art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no art. 60 da Lei nº 14.133/21;
- IV - sorteio.

Parágrafo único. O sorteio será feito em ato público, em sessão eletrônica pela internet ou presencial, mediante prévia comunicação formal do dia, hora e local, conforme definido no instrumento convocatório.

Art. 92. Aplicam-se às licitações os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, referentes à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 93. Nos termos da Lei Complementar nº 123/06, considera-se empate aquelas situações em que a proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada.

§ 1º Nas situações descritas no *caput*, a microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou proposta mais vantajosa poderá apresentar nova proposta de preço inferior à proposta mais bem classificada.

§ 2º Caso não seja apresentada a nova proposta de que trata o § 1º, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte licitantes, com propostas até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, serão convidadas a exercer o mesmo direito, conforme a ordem de vantajosidade de suas propostas.

Art. 94. Nas licitações em que, após o exercício de preferência de que trata o art. 92, esteja configurado empate em primeiro lugar, será observado o disposto no art. 91 deste Regulamento.

Do Julgamento da Proposta e Habilitação

Art. 95. Após o encerramento da fase de apresentação de propostas, a Comissão de Licitação ou Responsável classifica as propostas por ordem decrescente de vantajosidade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

- I - contenham vícios insanáveis;
- II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- IV - se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após a negociação prevista neste Regulamento;
- V - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigida;
- VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos, e/ou seu saneamento antes da adjudicação do objeto, resguardado o tratamento isonômico entre os licitantes.

§ 1º A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

§ 2º A Comissão de Licitação ou o Responsável poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

§ 3º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequível as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela INVESTE PIAUÍ; ou
- II - valor do orçamento estimado pela INVESTE PIAUÍ.

§ 4º Para os demais objetos, para efeito de avaliação da exequibilidade ou de sobrepreço, deverão ser estabelecidos critérios de aceitabilidade de preços que considerem o preço global, os quantitativos e os preços unitários, assim definidos no instrumento convocatório.

§ 5º Consideram-se preços manifestamente inexequíveis, aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentos que comprovem que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

§ 6º Para efeito de demonstração da exequibilidade dos preços na forma do §5º, não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, de forma a demonstrar a adequação do preço proposto em face dos custos que incidirão sobre a execução do contrato, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

§ 7º Se houver indícios de inexequibilidade do preço ofertado, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para fins de comprovação de sua viabilidade econômica, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- I - intimação do licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- II - verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- III - levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e

Ministério da Previdência Social;

IV - consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

V - pesquisarem órgãos públicos ou empresas privadas;

VI - verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a INVESTE PIAUÍ, com entidades públicas ou privadas;

VII- pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

VIII - verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante;

IX- levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

X - estudos setoriais;

XI - consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

XII - análise de soluções técnicas escolhidas e ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços; e

XIII - demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

§ 8º Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a INVESTE PIAUÍ poderá fixar prazo de até 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas ou documentação esboçadas das causas que culminaram nas respectivas desclassificação ou inabilitação.

§ 9º Para fins de julgamento da licitação, as propostas apresentadas por licitantes estrangeiros deverão ser submetidas à equalização dos preços visando acrescer a elas o valor correspondente aos gravames decorrentes dos tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários a que estão submetidos os licitantes brasileiros.

§ 10º Em licitações presenciais a abertura dos envelopes contendo as propostas e documentação de habilitação será realizada sempre em sessão pública, previamente designada, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos membros da comissão de licitação ou responsável, facultada a assinatura aos licitantes presentes.

Da Negociação

Art. 96. Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, a INVESTE PIAUÍ deverá negociar condições mais vantajosas com quem a apresentou.

§ 1º Quando o preço do primeiro colocado permanecer acima do orçamento estimado este será desclassificado e será realizada negociação com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação.

§ 2º Se, após a negociação com os demais licitantes, conforme mencionado no § 1º, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação poderá ser revogada ou declarada fracassada.

Art. 97. Após a negociação dar-se-á a fase de habilitação nos termos do art. 41 do RILCC, sendo inabilitado a empresa que não atender às exigências e condições do instrumento convocatório, e nesse caso retorna-se a fase anterior para a convocação das empresas remanescentes.

Dos Recursos

Art. 98. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal

única, aberta após a declaração do licitante vencedor e abrangendo o ato de julgamento da habilitação além daqueles praticados em decorrência do julgamento das propostas ou lances e da verificação da sua efetividade.

Art. 99. As razões de recursos deverão ser apresentadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data da publicidade e ou registro do ato em meio eletrônico ou da lavratura da ata da sessão, se presentes todos os licitantes.

§ 1º O prazo para apresentação de contrarrazões será de 05 (cinco) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o caput.

§ 2º Na licitação eletrônica, as interessadas deverão manifestar o interesse em recorrer de forma imediata a convocação, no prazo de até 30 minutos, passando esse prazo, presume-se que não há manifestação para recurso, vindo a comissão a encerrar a licitação.

§ 3º É assegurado aos licitantes o direito de obter vistas dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Art. 100. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Regulamento, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos se iniciam e vencem exclusivamente em dias úteis.

Art. 101. O recurso será dirigido à autoridade que praticou o ato recorrido, a qual apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis e fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente informado, devendo a decisão final ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 102. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Art. 103. No caso da inversão de fases, os licitantes poderão apresentar recursos após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas.

Da Aprovação

Art. 104. Na fase de aprovação, a autoridade competente na forma deste Regulamento ou de ato normativo interno poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para o possível saneamento de irregularidades;
- II - homologar e adjudicar o objeto da licitação e convocar o licitante vencedor para a assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- III - anular o processo, no todo ou em parte, por vício de legalidade, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado;
- IV - revogar o processo, no todo ou em parte, em decorrência de fato superveniente à instauração, que constituía óbice manifesto e incontornável à continuidade do processo, devidamente justificado;
- V - declarar o processo deserto, na hipótese de nenhum interessado ter acudido ao chamamento; ou
- VI - declarar o processo fracassado, na hipótese de todos os licitantes terem sido desclassificados ou inabilitados.

Parágrafo único. A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.

Da Revogação e da Anulação da Licitação e do Contrato

Art. 105. A revogação da licitação ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- I - realizada a negociação, após a fase de julgamento, a proposta ou lance ofertado permanecer acima do valor estimado para a contratação;
- II - não comparecimento do licitante vencedor para assinar o contrato ou instrumento equivalente; e
- III - por razões de interesse da Investe Piauí decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável.

Art. 106. A anulação da licitação ocorrerá quando houver ilegalidade, salvo se for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

Parágrafo único. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

Art. 107. A nulidade do processo licitatório, do procedimento de dispensa ou de inexigibilidade de licitação induz à nulidade do contrato.

Parágrafo único. A anulação ou revogação do processo licitatório depois de iniciada a fase de lances ou propostas deverá assegurar as garantias do contraditório e da ampla defesa, salvo no caso de manifestação expressa e prévia de todos os licitantes renunciando o direito de contestar o ato respectivo.

Art. 108. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a INVESTE PIAUÍ do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Art. 109. Será convocado o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o termo equivalente, observados o prazo e as condições estabelecidos, sob pena de decadência do direito à contratação.

§ 1º Convocado para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente como a ata de sistema de registro de preços, o interessado deverá observar os prazos e condições estabelecidos, sob pena de desclassificação e da aplicação das sanções previstas neste Regulamento.

§ 2º Quando o interessado não atender à convocação, se recusar a assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, no prazo e nas condições estabelecidos, será facultado:

- I - convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação nas condições ofertadas pelo licitante vencedor, conforme instrumento convocatório e celebração do contrato;
- II - revogar a licitação.

Art. 110. Na hipótese de o convocado se recusar a assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, a INVESTE PIAUÍ deverá

instaurar processo administrativo punitivo.

Dos Procedimentos Auxiliares às Contratações

Art. 111. São procedimentos auxiliares das licitações da INVESTE PIAUÍ: I - pré-qualificação permanente;

II - cadastramento;

III - sistema de registro de preços;

IV - catálogo eletrônico de padronização.

Parágrafo único. Os procedimentos de que trata o caput deste artigo obedecerão a critérios claros e objetivos definidos neste Regulamento.

Da Pré-Qualificação Permanente

Art. 112. A INVESTE PIAUÍ poderá promover a pré-qualificação com o objetivo de identificar:

I - fornecedores que reúnam condições de qualificação técnica exigidas para o fornecimento de bem, a execução de obra ou a prestação de serviço nos prazos, locais e condições previamente estabelecidos; ou

II - bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade estabelecidas pela INVESTE PIAUÍ.

§ 1º A pré-qualificação de fornecedores poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação técnica necessários à contratação.

§ 2º A pré-qualificação de que trata o inciso I do caput poderá ser efetuada por grupos ou segmentos de objetos a serem contratados, segundo as especialidades dos fornecedores.

§ 3º A pré-qualificação do fornecedor não o isenta de demonstrar o atendimento às demais condições de habilitação estabelecidas no instrumento convocatório da licitação.

§ 4º Poderá ser restringida a participação nas licitações a fornecedores ou produtos pré-qualificados, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

§ 6º Na pré-qualificação aberta de produtos, poderá ser exigida a comprovação de qualidade.

Art. 113. A pré-qualificação ficará permanentemente aberta para a inscrição dos eventuais interessados.

Art. 114. A pré-qualificação terá validade máxima de 1 (um) ano, podendo, a critério da INVESTE PIAUÍ, ser atualizada a qualquer tempo.

Art. 115. Sempre que a INVESTE PIAUÍ entender conveniente implementar procedimento de pré-qualificação de fornecedores ou bens, deverá convocar os interessados para que demonstrem o cumprimento das exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.

§ 1º A convocação de que trata o caput será realizada mediante:

I - publicidade de extrato do edital de pré-qualificação em sítio eletrônico da INVESTE PIAUÍ; e

II - publicidade de extrato do edital de pré-qualificação se dará no Diário Oficial do Estado.

§ 2º A convocação explicitará, resumidamente, as exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.

§ 3º Do aviso de convocação deve constar o local para obtenção dos procedimentos e exigências para pré-qualificação.

Art. 116. Será fornecido certificado aos pré-qualificados, renovável sempre que o registro for atualizado.

Art. 117. A relação dos produtos e dos interessados que forem pré-qualificados será divulgada em sítio eletrônico específico da Investe Piauí.

Art. 118. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data da intimação ou da lavratura da ata do ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessados.

Art. 119. A INVESTE PIAUÍ, justificadamente, poderá instaurar licitação restrita aos pré-qualificados, desde que conste do processo administrativo justificativa demonstrando a conveniência e oportunidade de se restringir a participação na licitação apenas dos fornecedores ou produtos pré-qualificados, especialmente em face da preservação da competitividade mínima.

§ 1º Só poderão participar da licitação restrita aos pré-qualificados os licitantes que, na data da publicação do respectivo instrumento convocatório:

- I - já tenham apresentado a documentação exigida para a pré-qualificação, ainda que o pedido de pré-qualificação não tenha sido apreciado e seja deferido posteriormente;
- II - estejam regularmente cadastrados.

§ 2º No caso de realização de licitação restrita, a INVESTE PIAUÍ enviará convite por meio eletrônico a todos os pré-qualificados no respectivo segmento para participar da licitação.

§ 3º O convite de que trata o § 2º deste artigo não exclui a obrigação de atendimento aos requisitos de publicidade do instrumento convocatório.

§ 4º Os registros cadastrais serão válidos por até 1 (um) ano, podendo ser atualizados a qualquer tempo e ficarão permanentemente abertos para a inscrição de interessados.

§ 5º Os inscritos serão admitidos segundo requisitos previamente divulgados.

§ 6º A atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas será anotada no respectivo registro cadastral.

§ 7º A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas para habilitação ou para admissão cadastral.

Do Cadastramento

Art. 120. A INVESTE PIAUÍ manterá cadastro denominado Cadastro Corporativo, com o objetivo de comprovação para fins de habilitação.

Art. 121. O cadastro deverá ser organizado, mantido e gerenciado pela INVESTE PIAUÍ.

Art. 122. A INVESTE PIAUÍ deve disponibilizar o cadastro para fins de análise, consultas e contratações.

Art. 123. As empresas interessadas em serem incluídas no cadastro devem atender às

exigências explicitadas no Manual de Cadastro, elaborado pela INVESTE PIAUÍ, sendo referido processo de inclusão realizado de forma ininterrupta, inclusive para fins de renovação, alteração, substituição ou complementação cadastral.

Art. 124. Para as empresas que realizarem o Cadastro Corporativo, será emitido o respectivo Certificado de Registro Cadastral — CRC.

Art. 125. As empresas, detentoras do Certificado de Registro Cadastral — CRC poderão, uma vez previsto no Edital, utilizar de referido certificado para fins de comprovação de habilitação, desde que atendidos todos os requisitos e exigências constantes de referido Instrumento Convocatório.

Art. 126. O fato de uma determinada empresa ser detentora do Certificado de Registro Cadastral — CRC não retira a possibilidade da INVESTE PIAUÍ de rever os documentos a ele atinentes.

Art. 127. É responsabilidade das empresas, para fins de utilização do Certificado de Registro Cadastral — CRC em Licitações, manter toda a documentação exigida em dia, inclusive em relação habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal, com vistas à comprovação de sua regularidade para fins de habilitação.

Art. 128. É facultado a Investe Piauí utilizar-se de registros cadastrais emitidos por órgãos ou entidades da Administração Pública.

Do Sistema de Registro de Preços

Art. 129. As aquisições de bens, contratações de serviços, inclusive de engenharia e execução de obras com características padronizadas deverão, preferencialmente, ser realizadas pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos dispostos neste Regulamento.

Art.130. Para os efeitos deste Regulamento, considera-se:

I – sistema de registro de preços – SRP – conjunto de procedimento para registro formal de preços para contratações futuras, relativos à prestação de serviços, inclusive de engenharia, de aquisição de bens e de execução de obras com características padronizadas, sem que a INVESTE PIAUÍ assumo compromisso de firmar as contratações que possam advir desse sistema.

II – ata de registro de preços – documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

III – órgão gerenciador – A Diretoria Central de Licitações, Compras e Contratos da INVESTE PIAUÍ responsável pela condução dos atos preparatórios ao procedimento para registro de preços e gerenciamento da ata dele decorrente;

IV – participante – empresa pública ou sociedade de economia mista que participe dos procedimentos iniciais do SRP a convite da INVESTE PIAUÍ e integre o ato de registro de preços; e

V – aderente – empresa pública ou sociedade de economia mista que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, adere a uma ata de registro de preços

da INVESTE PIAUÍ para celebração do contrato.

Parágrafo único - independente de manifestação formal de intenção de registro de preços as unidades administrativa e subsidiárias da Investe Piauí possuem a condição de entes participantes dos registros de preços realizados pela Diretoria Central de Licitações, Compras e Contratos, vez a essa diretoria cabe o levantamento do quantitativo estimado do objeto licitado para atender a toda a companhia.

Art. 131. O SRP deverá ser adotado, preferencialmente, quando:

- I – pelas características do bem, obra ou serviço e da demanda da INVESTE PIAUÍ houver necessidade de contratações frequentes;
- II – for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de obras ou serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III – for conveniente a aquisição de bens, a contratação de obras ou serviços para atender a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV – pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela INVESTE PIAUÍ.

§1º. O Sistema de Registro de Preços, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I. as obras e serviços de engenharia que tenham projeto básico, executivo ou termo de referência padronizados, consideradas as regionalizações necessárias; e
- II. haja compromisso do órgão participante ou aderente de suportar as despesas das ações necessárias à adequação do projeto padrão às peculiaridades da execução.

§2º. Enquanto o art. 66 da Lei nº 13.303/2016 não for regulamentado por Decreto do Poder Executivo do Estado, a Investe Piauí adotará as disposições estabelecidas no presente Regulamento para as licitações que envolvam registro de preços. Além disso, reserva-se o direito de, subsidiariamente, utilizar as disposições do Decreto Federal nº 11.462/2023, naquilo que for aplicável, desde que haja compatibilidade com as normas previstas no presente regulamento.

Art. 132. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- I. gerenciar a ata de registro de preços;
- II. conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- III. opinar pela instauração de processo administrativo punitivo objetivando a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais.

§1º O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico às unidades administrativas internas da INVESTE PIAUÍ para execução das suas atribuições.

§2º A Diretoria Central de Licitações, Compras e Contratos é o órgão responsável por o gerenciamento das Atas de Registro de Preços, como também realizar o planejamento e consolidação da estimativa das demandas de compras e serviços comuns a serem processadas por meio de sistema de registro de preços as unidades administrativas da Investe Piauí, ficando a essa dispensada em formalizar o ato intenção de registro de preços das demais unidades.

Art.133. O instrumento convocatório para registro de preços observará o disposto neste Regulamento, e contemplará, no mínimo:

- I.a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos

- necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- II. estimativa de quantidades a serem adquiridas por todas as unidades participantes;
 - III. estimativa de quantidades prevista para aquisição pelos aderentes, se assim admitido, limitada a cinco vezes o quantitativo total fixado para o gerenciador e participantes;
 - IV. quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;
 - V. condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características de pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;
 - VI. prazo de validade do registro de preço;
 - VII. os participantes do registro de preço;
 - VIII. modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;
 - IX. penalidades por descumprimento das condições fixadas na ata de registro de preço e nos contratos; e
 - X. minuta da ata de registro de preços como anexo.

Parágrafo único. O instrumento convocatório poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que justificado.

Art. 134. A licitação para registro de preços deverá adotar o critério de julgamento pelo menor preço ou pelo maior desconto e será precedida de ampla pesquisa de mercado, com a adoção da metodologia prevista neste Regulamento.

§ 1º O julgamento por técnica e preço poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do requisitante e mediante despacho fundamentado da autoridade competente da INVESTE PIAUÍ;

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a previsão de recursos orçamentários, que somente será exigida para a formalização do contrato.

Art. 135. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do *caput* não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor nem a ordem classificatória.

Art. 136. Serão registrados na ata os preços, quantitativos e condições de fornecimento ou prestação de serviço do licitante melhor classificado durante a fase competitiva.

- I. poderá ser incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, serviços ou obras com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, bem como dos licitantes que mantiverem suas propostas originais;
- II. preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico da INVESTE PIAUÍ e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e
- III. a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada por ocasião das contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso I do *caput* tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, e conforme o caso seja aberto o cadastro de reserva;

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso I do caput, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos fornecedores que integram o cadastro de reserva a que se refere o inciso I do caput, será realizada por ocasião da respectiva contratação.

Art. 137. O prazo de validade da ata de registro de preços será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que, cumulativamente, seja demonstrada a vantajosidade, haja saldo de quantidades não consumidas e concordância do fornecedor.

§ 1º A prorrogação do prazo de validade da ata não restabelece os quantitativos originalmente registrados.

§ 2º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, ficando permitido apenas nos contratos dela decorrentes.

§ 3º Em decorrência de fatos supervenientes à licitação para registro de preços, a ata e as contratações dela decorrentes, poderão sofrer alterações qualitativas.

§ 4º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, de acordo com as disposições deste Regulamento.

§ 5º As contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser formalizadas no curso de vigência da ata.

Art. 138. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

§ 1º Caso não tenha sido realizado o cadastro de reserva, quando o licitante vencedor da licitação não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, a **INVESTE PIAUÍ** deverá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor ou, na impossibilidade, revogar o certame.

§ 2º A recusa injustificada do licitante vencedor da licitação em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida e ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste Regulamento e no instrumento convocatório.

Art. 139. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pela **INVESTE PIAUÍ** por intermédio de contrato, autorização de compra, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente, em atenção às disposições previstas na Lei n.º 13.303/2016 e neste Regulamento.

Art. 140. Havendo um fato superveniente à celebração da ata de registro de preços, devidamente justificado pela autoridade máxima, a **INVESTE PIAUÍ** não está obrigada a contratar com o fornecedor registrado, facultando -se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

Parágrafo único. Na hipótese de licitação específica, ficará assegurada ao beneficiário do registro a preferência na contratação, desde que atenda as mesmas condições do licitante vencedor.

Art. 141. Os preços registrados poderão ser revisados em decorrência de eventual redução dos praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados,

cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas neste Regulamento.

Art. 142. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II. não assinar o termo de contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela INVESTE PIAUÍ, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV. sofrer sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento para contratar com a **INVESTE PIAUÍ** ou outra com efeito similar.

Parágrafo único. O cancelamento do registro nas hipóteses acima previstas será formalizado por despacho da autoridade máxima da **INVESTE PIAUÍ**, assegurado, de forma prévia, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 143. Desde que previamente admitido no instrumento convocatório da licitação a critério da **INVESTE PIAUÍ**, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que não tenham participado do processo licitatório para a formação da ata de registro de preços, poderão firmar contratos por adesão a essa data durante a sua vigência.

§ 1º As empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços na forma deste artigo, deverão consultar a **INVESTE PIAUÍ** para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas no instrumento convocatório e neste Regulamento, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com a **INVESTE PIAUÍ**.

§ 3º As contratações por adesão a que se refere este artigo não poderão exceder, por empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços da **INVESTE PIAUÍ**.

§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a **INVESTE PIAUÍ**, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º Após a autorização da **INVESTE PIAUÍ**, a empresa pública, a sociedade de economia mista ou a sua subsidiária que não participou do registro de preços, deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

§ 6º Compete à empresa pública, a sociedade de economia mista ou a sua subsidiária que não participou do registro de preços, praticar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a **INVESTE PIAUÍ**.

CAPÍTULO III - DA CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO

Art. 144. Podem ser realizadas contratações diretas que atendam aos requisitos previstos neste Regulamento.

Art. 145. São hipóteses de inaplicabilidade de licitação:

- I - comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seu objeto social;
- II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo;
- III - quando constituir óbice intransponível à satisfação das necessidades da Investe Piauí.

§1º Consideram-se oportunidades de negócio, a que se refere o inciso II do *caput*, a formação e a extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, a aquisição e a alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais e as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente.

§ 2º As oportunidades de negócio referidas no inciso II do *caput* deste artigo devem guardar estreita relação com o objeto social da Investe Piauí e suas subsidiárias.

§ 3º A inaplicabilidade de licitação deverá ser justificada mediante parecer circunstanciado elaborado pela área técnica, na qual conste de modo claro que a escolha do parceiro está associada às suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, observando-se ainda, quando couber, as disposições previstas no art. xx e na Seção xx deste capítulo.

§4º Consideram-se oportunidades de negócio, dentre outros:

- I - A formação e a extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais;
- II - A aquisição e a alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais;
- III - Às operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente;
- IV - Estabelecimento de parceria comercial, cuja fundamentação vise atuação concorrencial; ou
- V - Locação de ativos.

§5º A oportunidade de negócios consiste na implementação de ações de diferencial competitivo com vistas ao estabelecimento de parcerias com terceiros destinadas ao desenvolvimento da atuação concorrencial da CIPP, considerando-se pelo menos um dos seguintes critérios, dentre outros:

- I - Retorno em receitas financeiras;
- II - Acesso a soluções melhores e inovadoras;
- III - Ganho operacional e de eficiência;
- IV - Promoção de empreendedorismo visando adoção de novos modelos ou procedimentos de mercado;
- V - Melhoria de desempenho na execução de suas atividades finalísticas;
- VI - Viabilização de investimentos sem comprometimento financeiro imediato;
- VI - implantação, ou acesso, ou expansão, ou prospecção, ou desenvolvimento de mercado.

§6º Na hipótese referida no *caput* deste artigo, devem ser observados, de forma cumulativa, os seguintes elementos:

- I - As características específicas que definem a escolha do parceiro;
- II - A definição e especificação da oportunidade de negócio; e
- III - A inviabilidade de procedimento competitivo.

§7º As Parcerias provenientes das hipóteses do *caput*, poderá conforme o caso, ser

precedida de seleção do parceiro por meio de procedimento específico de chamamento público, que terá trâmite público e privilegiará a competitividade, concedendo, às partes interessadas, tratamento isonômico, impessoal e transparente, observando-se, no que couber, as seguintes situações:

- a) Referido processo competitivo poderá ser instaurado mediante normas previstas em Instrumento Convocatório destinado à seleção de projetos ou propostas para a formação de parcerias ou outras formas associativas ou contratuais.
- b) Será escolhido o proponente que apresentar a proposta mais vantajosa para a Investe Piauí, de acordo com os critérios objetivos fixados no instrumento convocatório.
- c) No caso de inviabilidade de competição, deverá ser elaborada justificativa circunstanciada apontando as razões técnicas e jurídicas que autorizam o afastamento de processo competitivo.

§8º Poderá a Investe Piauí e suas subsidiárias tratar das hipóteses de licitação dispensável mencionadas no art. 143 em regulamento específico.

Da Dispensa de Licitação

Art. 146. É dispensável a realização de licitação pela **INVESTE PIAUÍ**:

- I. para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
- II. para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;
- III. quando não acudirem interessados à licitação anterior e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a INVESTE PIAUÍ desde que mantidas as condições preestabelecidas;
- IV. quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;
- V. para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- VI. na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;
- VII. na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético profissional e não tenha fins lucrativos;
- VIII. para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;
- IX. na contratação de associação de pessoas com deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços ou fornecimento de

- mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível como praticado no mercado;
- X. na contratação de concessionário, permissionário ou autorizado para fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural e de outras prestadoras de serviço público, segundo as normas da legislação específica, desde que o objeto do contrato tenha pertinência com o serviço público;
- XI. nas contratações com outras empresas públicas ou sociedades de economia mista e suas respectivas subsidiárias, para aquisição ou alienação de bens e prestação ou obtenção de serviços, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e que o objeto do contrato tenha relação com a atividade da contratada prevista em seu estatuto social;
- XII. na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda que tenham como ocupação econômica a coleta de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;
- XIII. para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pelo dirigente máximo da INVESTE PIAUÍ;
- XIV. nas contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação dela constantes;
- XV. em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no § 2º;
- XVI. na transferência de bens a órgãos e entidades da administração pública, inclusive quando efetivada mediante permuta;
- XVII. na doação de bens móveis para fins e usos de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica relativamente à escolha de outra forma de alienação;
- XVIII. na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem.

§ 1º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do inciso V do caput, a INVESTE PIAUÍ poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

§ 2º A contratação direta com base no inciso XV do caput não dispensará a responsabilização de quem, por ação ou omissão, tenha dado causa ao motivo ali descrito, inclusive no tocante ao disposto na Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 3º A formação e instrução dos processos de contratações diretas deverão seguir as disposições estabelecidas na Lei n.º 13.303/2016 e neste Regulamento;

§ 4º Para a hipótese prevista no XIV, trata da contratação direta de objetos voltados à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), estão contemplados neste inciso a contratação de Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT, entidades de direito

privado sem fins lucrativos ou empresas, isoladas ou em consórcio, voltadas para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador, observados na Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004 e nos parâmetros do Decreto Federal n.º 9.283 de 07 de fevereiro de 2018, naquilo que não conflitar com a Lei 13.303/2016 3 no presente Regulamento.

§ 5º O valor limite para contratações diretas estabelecido no inciso I do caput será reajustado anualmente, com base na variação do INCC — Índice Nacional de Custo da Construção, contados da publicação da Lei n.º 13.303/2016, valores estes que serão divulgados no sítio da internet da **INVESTE PIAUÍ** e consolidados através de Resolução específica aprovada pelo Conselho de Administração.

§ 6º O valor limite para contratações diretas estabelecido no inciso II do caput será reajustado anualmente, com base na variação do IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, contados da publicação da Lei n.º 13.303/2016, valores estes que serão divulgados no sítio da internet da **INVESTE PIAUÍ** e consolidados através de Resolução específica aprovada pelo Conselho de Administração.

Da Inexigibilidade de Licitação

Art. 147. A contratação direta por inexigibilidade será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

- I - aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;
- II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
 - a. estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
 - b. pareceres, perícias e avaliações em geral;
 - c. assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
 - d. fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
 - e. patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
 - f. treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
 - g. restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º A existência de pluralidade de profissionais com notória especialização não impede a contratação direta com fundamento no inciso II do caput do art. 30 da Lei n.º 13.303/2016, cabendo à Área Requisitante justificar, técnica e, se possível, documentalmente, a razão da opção da parte a ser contratada.

§ 3º se caracteriza hipóteses de inviabilidade de competição, entre outras situações:

- a) pela ausência de mercado concorrencial, isto é, inexistência de conjunto de fornecedores em disputa permanente pela contratação;
- b) pela prática de um mesmo preço, em razão de controle dele por órgão ou entidade da Administração Pública;
- c) pela possibilidade de um serviço ser prestado, indistintamente, por qualquer

interessado que atenda aos requisitos pré-fixados, inclusive preço, não havendo entre eles relação de exclusão (credenciamento);

- d) quando houver impossibilidade de disputa, pela inexistência de mais de uma pessoa física ou jurídica para concorrer entre si;
- e) associação a entidades representativas, como a World Association of Investment Promotion Agencies – WAIPA; câmaras de comércio consolidadas;
- f) locação de área ou estande, para a consecução de sua atividade-fim, em feira e outros eventos, no Brasil e no exterior, desde que sejam locados ou sublocados por uma única pessoa física ou jurídica;
- g) assinatura de jornais, revistas e periódicos, nacionais e estrangeiros, cujos assuntos tenham relação direta com as atividades da Investe Piauí e suas subsidiárias;
- h) aquisição de serviços que constituam monopólio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT;
- i) inscrição de empregado e diretor em congressos, seminários, feiras, treinamentos e eventos similares e em outros eventos reputados importantes, segundo critérios de oportunidade e conveniência dos gestores a inscrições em congressos, seminários, treinamentos e eventos similares, quando ultrapassado o valor estabelecido pelo inciso II do art. 29 da Lei nº 13.303/2016.

i.1) Nesta hipótese, quando a capacitação ocorrer no exterior e for organizado por instituição estrangeira, basta reconhecimento pela Investe da relevância da feira, congresso ou evento similar, dispensados os documentos de habilitação.

- j) contratação de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, bem como inscrição de empregados e diretores para participação em cursos abertos a terceiros;
- h) contratação da Imprensa Oficial, para realização de publicações oficiais;
- i) - aquisição de vale-transporte de concessionários de serviço público de transporte, individualmente ou reunidos em consórcio, que detenham concessão exclusiva desse serviço em determinada região;
- j) contratação de tradutor e intérprete comercial juramentado.
- l) quando houver impossibilidade de disputa, pela inexistência de mais de uma pessoa física ou jurídica para concorrer entre si;
- m) a contratação da participação da Investe Piauí em congressos, feiras e exposições, nacionais e internacionais, com vistas a promover o seu objetivo social em eventos no país e no exterior, inclusive mediante a compra ou locação de espaços físicos, registrando as motivações e benefícios em processo administrativo.

Do Credenciamento

Art. 148. Credenciamento é procedimento administrativo precedido de chamamento público, instaurado por edital, destinado à contratação de serviços junto a profissionais ou empresas que satisfaçam os requisitos definidos pela INVESTE PIAUÍ.

Parágrafo único. A INVESTE PIAUÍ poderá adotar o Credenciamento para situações em que, justificadamente, as suas necessidades só restem plena e satisfatoriamente atendidas com a contratação do maior número possível de profissionais ou empresas e que o objeto contratado possa ser executado simultaneamente por diversas pessoas em condições isonômicas.

Art. 149. O processo de credenciamento, uma vez autorizado, deve ser instaurado e

processado mediante a elaboração de edital contendo os seguintes requisitos:

- I. explicitação do objeto a ser contratado;
- I. fixação de critérios e exigências mínimas à participação dos interessados;
- II. possibilidade de credenciamento a qualquer tempo pelo interessado, pessoa física ou jurídica, conforme o caso;
- IV. manutenção de tabela de preços dos diversos serviços a serem prestados, dos critérios de reajustamento e das condições e prazos para o pagamento dos serviços, conforme o caso;
- V. alternatividade entre todos os credenciados, sempre excluída a vontade da INVESTE PIAUÍ na determinação da demanda por credenciado;
- VI. vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada;
- VI. estabelecimento das hipóteses de descredenciamento, assegurados, previamente, o contraditório e a ampla defesa;
- VII. possibilidade de rescisão do ajuste pelo credenciado, a qualquer tempo, mediante notificação à INVESTE PIAUÍ com a antecedência fixada no termo;

§ 1º A convocação dos interessados deverá ser feita mediante publicidade do aviso de edital de chamamento público na Imprensa Oficial do Estado e no sítio eletrônico da INVESTE PIAUÍ.

§ 2º O pagamento dos credenciados será realizado de acordo com a efetiva demanda atendida, tendo por base o valor e as condições definidas em edital de chamamento público, sendo possível a utilização de tabelas de referência.

Da Formalização da Dispensa e da Inexigibilidade

Art. 150. O processo de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - a caracterização do objeto e da situação que justifique a dispensa ou inexigibilidade;
- II - a razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - a justificativa do preço;
- IV - ato de ratificação pela instância competente, exceto para as hipóteses previstas nos incisos I, II e VI do art. 146 e para as situações de inexigibilidade com valor até o limite de dispensa dos incisos I e II do art. 147 deste regulamento.
- V - Documentos de habilitação, sendo esse:
 - a. prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS), Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, mediante a apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débitos;
 - b. prova da regularidade com a Fazenda Pública do Estado, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual, no que couber;
 - c. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - d. prova da habilitação jurídica, ato de constituição, do futuro Contratado, e demais condições de habilitação que porventura a Unidade responsável pela contratação direta entenda pertinente;
- VI - Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso, contendo a indicação da necessidade que deverá ser atendida pela contratação; a descrição completa do objeto; orçamento estimativo; obrigações do Contratado e da Contratante; prazos de execução;

condições para o recebimento do objeto; sanções pelo inadimplemento, entre outras pertinentes;

VI - parecer técnico, e/ou parecer jurídico, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;

§ 1º nos casos de contratação direta por inexigibilidade de licitação a justificativa de preços poderá ocorrer por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pelo proponente em contratações similares celebradas junto a órgãos e entidade públicas ou privadas;

§ 2º no caso de as contratações similares anteriormente celebradas pelo proponente estarem revestidas de sigilo bancário, estratégico, comercial ou industrial devidamente comprovado e manifestado em declaração expressa, sob as penas da lei, poderá haver a contratação pelo preço proposto, desde que conforme com a razoabilidade e proporcionalidade em relação à necessidade a ser atendida.

§ 3º nos casos de contratação direta por dispensa de licitação a justificativa de preços deverá ocorrer por meio da juntada de 3 (três) propostas comerciais capazes de preencher os requisitos técnicos, econômicos e legais necessários para a celebração da contratação pretendida;

§ 4º a seleção de proponente cuja proposta não é a de menor preço, excetuadas as hipóteses de inexigibilidade de licitação, deverá ser justificada;

§ 5º nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação a prova da exclusividade do contrato poderá ser feita:

- a. por atestados ou documentos equivalentes emitidos preferencialmente pelo órgão de registro do comércio do local; por entidades sindicais;
- b. por associações de classe;
- c. pelo fabricante, na hipótese de representante exclusivo;
- d. por consultas realizadas com outras empresas dedicadas ao mesmo ramo de atividade econômica ou que atuem na mesma área de especialização;
- e. por especialistas ou centros de pesquisa;
- f. carta de exclusividade pode ser emitida por órgão de registro do comércio local, por uma entidade de classe ou assemelhada.

§ 6º a justificativa de preço poderá ser realizada por meio de coleta de cotações de mercado local, consultas eletrônicas em sites de pesquisa de preços, apresentação de orçamentos, cópias de notas fiscais, cópias de contratos, entres outros instrumentos compatíveis com cada caso e caracterização das hipóteses descritas para as contratações diretas;

§ 7º A formalização do processo administrativos poderão ser simplificadas ou mesmo dispensadas quando se tratar de:

- a) contratações que se enquadram nos limites para dispensa de licitação em função do valor, previstos nos incisos I e II do art. 29 da Lei no 13.303/2016;
- b) contratações celebradas por dispensa de licitação com base nas hipóteses previstas nos incisos VI e XV do art. 29 da Lei no 13.303/2016;
- c) contratações que envolvam objetos de baixa complexidade, desde que devida e suficientemente motivada a simplificação adotada.

§ 8º As dispensas que se enquadrem nos limites dos incisos I e II deste artigo poderão ser formalizadas de modo simplificado, como, dispensadas da aprovação de termo de referência, publicação do ato de ratificação e de parecer técnico e ou jurídico, pela instância competente em portal específico na internet.

§ 9º Aplicam-se às contratações de que trata este Capítulo os impedimentos de participar de licitação e de ser contratada pela Investe Piauí e suas subsidiárias previstos no art. 38

da Lei 13.303/2016 e neste Regulamento.

§ 10º Na hipótese do caput e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado o sobrepreço ou superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado quem houver decidido pela contratação direta e o fornecedor ou o prestador de serviços.

CAPÍTULO IV - DOS CONTRATOS

Da Formalização das Contratações

Art. 151. Os contratos de que trata este Regulamento serão regidos por suas respectivas cláusulas e pelos preceitos de direito privado.

Art. 152. Os contratos e aditivos deverão ser formalizados por escrito.

Art. 153. A formalização da contratação será feita por meio de:

I. celebração de contrato, obrigatório nos casos precedidos de licitação ou contratação direta em que:

- a. exista obrigação futura para o contratado;
- b. o objeto seja manutenção de equipamentos, bens ou instalações da **INVESTE PIAUÍ**;
- c. o objeto seja concessão ou permissão de uso de bens pertencentes à **INVESTE PIAUÍ**.

II. emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumentos equivalentes;

III. celebração de Termo Aditivo, na hipótese de:

- a. alteração de prazo;
- b. alteração de preço, excetuando-se os reajustes, atualizações, compensações ou penalizações financeiras, decorrentes de condições de pagamento previstas no contrato, que poderão ser efetivados por apostilamento; ou
- c. supressão ou ampliação de objeto ou valor, nos casos permitidos em Lei.

§ 1º Nas hipóteses do inciso II do caput deste artigo, a **INVESTE PIAUÍ** deverá:

- a. fazer constar da solicitação da proposta ou do termo de referência as demais obrigações necessárias para fins de contratação;
- b. exigir do contratado o cumprimento das referidas obrigações estabelecidas.

§ 2º Independem de termo aditivo, podendo ser efetivada por simples apostilamento, a formalização do reajustamento de preços previsto no instrumento convocatório e no contrato, bem como atualizações, compensações ou penalizações financeiras, decorrentes de condições de pagamento previstas no contrato, bem como a correção de erro material havido no instrumento de contrato ou documento equivalente.

§ 3º Na formalização dos contratos decorrentes de licitação de obras e serviços, que pressupõem a necessidade de emissão de Ordem de Serviço, a mesma também deverá ser expedida com vistas a possibilitar o início de sua efetiva execução.

§ 4º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a **INVESTE PIAUÍ**, salvo as Contratações em Regime de Suprimento/Adiantamento para Pequenas Compras, que admitem dispensar a formalização de ajustes.

§ 5º As contratações em Regime de Suprimento/Adiantamento para Pequenas Compras são aquelas que não se subordinam ao processo ordinário de formação, contratação, liquidação e pagamento fixado pela Lei n.º 13.303/16 e exigem pronto pagamento, das quais não resultem em obrigação futura para o Contratado.

Parágrafo único. As Contratações em Regime de Suprimento/Adiantamento para Pequenas Compras devem observar as disposições contidas em Resolução própria expedida pela Diretoria e demais normativos internos que tratem do assunto.

Art. 154. O contrato é o meio no qual se materializa a vontade das partes e deve estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

Parágrafo único. Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

Art. 155. A INVESTE PIAUÍ não poderá celebrar contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao processo licitatório, sob pena de nulidade.

Art. 156. A INVESTE PIAUÍ poderá contratar serviço técnico especializado prevendo a cessão da titularidade da propriedade intelectual, justificando nos casos em que isso não ocorrer.

Parágrafo único. Quando a contratação for relativa a serviço de natureza intelectual a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os elementos e informações necessárias à plena utilização e manutenção pela INVESTE PIAUÍ, nos termos fixados no instrumento convocatório.

Art. 157. A Unidade responsável pela contratação deverá manter em arquivo próprio o respectivo instrumento utilizado para a formalização contratual, bem como o processo licitatório ou de contratação direta.

Art. 158. Todos os documentos pertinentes ao contrato, inclusive o próprio instrumento de contrato e seus termos aditivos, podem ser assinados digitalmente, com autenticidade reconhecida pelo certificado digital ICP-Brasil, e enviados, entre as partes, por meio eletrônico.

Da Publicidade das Contratações

Art. 159. O extrato dos termos contratuais e de seus correspondentes aditamentos devem ser publicados no Diário Oficial do Estado do Piauí e em sítio eletrônico da **INVESTE PIAUÍ**.

Parágrafo único. A publicidade a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser realizada mensalmente, de forma conjunta, reunindo todas as contratações celebradas no período.

Art. 160. A **INVESTE PIAUÍ** deverá disponibilizar para conhecimento público, em seu sítio eletrônico, informação completa e atualizada sobre a execução de seus contratos e de seu orçamento.

§ 1º A critério da **INVESTE PIAUÍ** a divulgação das informações a que se refere o *caput* deste artigo, poderá ocorrer a cada 02 (dois) meses.

§ 2º A disponibilização de informações contratuais referentes a operações de perfil estratégico ou que tenham por objeto segredo comercial receberão proteção mínima necessária para lhes garantir confidencialidade, nos termos de regulamentação própria.

Art. 161. É permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e a

obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes, admitida a exigência de ressarcimento dos custos, nos termos previstos na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Das Cláusulas Contratuais

Art. 162. São cláusulas necessárias em todo instrumento contratual e, no que couber, em instrumento equivalente que o substitua, as que estabeleçam:

- I. os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta;
- II. o objeto e seus elementos característicos;
- III. o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- IV. o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- V. os prazos para início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- VI. as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII. os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII. as hipóteses de rescisão;
- IX. hipóteses e mecanismos de alterações contratuais;
- X. reconhecimento dos direitos da INVESTE PIAUÍ, em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do contrato;
- XI. as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XII. a vinculação ao instrumento convocatório da licitação ou ao termo dedispensaou de inexigibilidade, e à proposta do licitante vencedor;
- XIV. a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XV. a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XV. a matriz de risco, quando for o caso.

§ 1º Para os regimes de contratação integrada e semi-integrada a cláusula de matriz de riscos e alocação das responsabilidades é obrigatória, sendo facultativa, para os demais regimes onde houver a viabilidade de definição dos riscos envolvidos no contrato onde serão alocados os riscos e responsabilidades das partes.

§ 2º Para eventos supervenientes alocados na matriz de risco como de responsabilidade da contratada, é vedada a celebração de aditivos que alterem essa condição.

§ 3º Nos contratos deverá constar cláusula que declare competente o foro da sede da INVESTE PIAUÍ para dirimir quaisquer questões deles decorrentes, sejam elas com pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou não no Brasil, salvo em situações devidamente justificadas pela autoridade competente pela contratação.

§ 4º Os contratos de que trata este Regulamento, poderão conter cláusula para solução amigável de controvérsias, incluindo a mediação e a arbitragem.

Art. 163. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia.

§ 1º Caberá ao Contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I. caução em dinheiro;
- II. seguro-garantia;
- III. fiança bancária.

§ 2º A garantia a que se refere o caput não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e será atualizada, nas mesmas condições, na hipótese de modificação do contrato originalmente pactuado.

§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, a critério da INVESTE PIAUÍ, o limite de garantia previsto no § 2º poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

§ 4º A garantia prestada pelo Contratado será liberada ou restituída após a execução e recebimento definitivo do objeto contratual e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente com base na variação do índice da caderneta de poupança.

§ 5º Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela INVESTE PIAUÍ, dos quais o contratado ficará como fiel depositário, à garantia deverá ser acrescida o valor destes bens.

§ 6º O não recolhimento, pelo Contratado, da garantia de execução do contrato no prazo estabelecido no instrumento convocatório caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções correspondentes.

§ 7º Nas contratações de prestação de serviços terceirizados, o instrumento de garantia oferecido pela contratada deverá, obrigatoriamente, garantir à **INVESTE PIAUÍ**, até o limite máximo de indenização, o reembolso dos prejuízos comprovadamente sofridos em relação às obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de responsabilidade do tomador oriundas do contrato principal, nas quais a **INVESTE PIAUÍ** venha arcar com os pagamentos dessas verbas em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, ainda, nas hipóteses de acordo entre as partes com prévia anuência do terceiro garantidor e consequente homologação do Poder Judiciário.

§ 8º A Contratada deverá apresentar à INVESTE PIAUÍ a garantia de execução contratual, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a celebração do respectivo instrumento, sob pena de aplicação de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, limitada o máximo de 5% (cinco por cento).

§ 9º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação da garantia a que se refere o parágrafo anterior autoriza a **INVESTE PIAUÍ** a buscar a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

Da Duração dos Contratos

Art. 164. A duração dos contratos regidos por este Regulamento não excederá a cinco anos, contados a partir de sua celebração, exceto:

- I. para projetos contemplados no plano de negócios e investimentos da INVESTE PIAUÍ;
- II. nos casos em que a pactuação por prazo superior a cinco anos seja prática rotineira de mercado e a imposição desse prazo inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio;
- III. nos casos em que a execução do escopo do contrato seja incompatível com a previsão de duração máxima de cinco anos.

§1º É vedado o contrato por prazo indeterminado, exceto nos casos em que a INVESTE PIAUÍ seja usuária de serviços públicos essenciais.

§2º Os contratos para prestação de serviços continuados poderão ser prorrogados até o limite de cinco anos, ainda que os instrumentos contratuais não contemplem essa possibilidade, desde que seguidos os procedimentos de aditamento contratual previstos neste Regulamento.

Art. 165. A vigência dos contratos será fixada no instrumento convocatório e na respectiva avença ou instrumento equivalente.

Parágrafo único. Os contratos por escopo terão as suas vigências compatíveis com a conclusão dos objetos.

Art. 166. Os contratos em que a INVESTE PIAUÍ não incorra em qualquer espécie de despesa terão os prazos de vigência fixados por ato da autoridade competente, mediante decisão fundamentada, não se vinculando à duração máxima a que dispõe o art. 160.

Da Prorrogação de Prazos

Art. 167. Os prazos dos contratos poderão ser prorrogados ordinariamente, desde que observado o Art. 164 e os seguintes requisitos:

- I. haja interesse da INVESTE PIAUÍ;
- I. exista previsão no instrumento convocatório e no contrato;
- II. seja demonstrada a vantajosidade econômica na manutenção do ajuste, conforme o caso;
- IV. exista recurso orçamentário para atender a prorrogação, conforme o caso;
- V. as obrigações do Contratado tenham sido regularmente cumpridas;
- VI. o Contratado manifeste expressamente a sua anuência na prorrogação, conforme o caso;
- VII. a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- VIII. a inexistência de sanções restritivas da atividade licitatória e contratual aplicadas pela **INVESTE PIAUÍ** em fase de cumprimento;
- IX. a renovação seja celebrada antes da extinção da vigência do contrato por meio do competente termo aditivo;
- X. haja autorização da autoridade competente, precedida de parecer da assessoria jurídica.

Art. 168. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações extraordinárias, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- I. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações que demande a revisão dos prazos inicialmente fixados;
- II. superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- III. Retardamento na expedição da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da INVESTE PIAUÍ;
- IV. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato;
- V. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela INVESTE PIAUÍ em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- VI. Omissão ou atraso de providências a cargo da **INVESTE PIAUÍ**, inclusive quanto aos

pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 1º Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o prazo ou cronograma de execução poderá ser prorrogado por período necessário a execução total do objeto.

§ 2º Uma vez prorrogados os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega na forma deste artigo, o prazo de vigência contratual será prorrogado na mesma medida.

Art. 169. Nas hipóteses em que não se verificar nenhuma das condições previstas neste Regulamento e o atraso no cumprimento do cronograma decorrer de culpa do Contratado, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega e de vigência contratual serão prorrogados, a critério da INVESTE PIAUÍ, aplicando-se ao Contratado, neste caso, as sanções previstas no instrumento convocatório e contratual em face de seu atraso, e sem operar qualquer recomposição de preços.

Da Alteração dos Contratos

Art. 170. Os contratos regidos por este Regulamento poderão ser alterados qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes e mediante prévia justificativa da autoridade competente, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

§ 1º A alteração qualitativa do objeto poderá ocorrer quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da INVESTE PIAUÍ.

§ 2º A alteração quantitativa do contrato poderá ocorrer, por acordo entre as partes, nas mesmas condições contratuais, quando for necessário acréscimos ou supressões do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 3º Na hipótese de reforma de imóvel ou de equipamento, os acréscimos ou supressões poderão ser de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 4º Na hipótese de alterações contratuais para fins de fixação de preços dos insumos e serviços a serem acrescidos no contrato, deverá ser mantido o de desconto oferecido pelo contratado na licitação ou no processo de contratação direta.

§ 5º Se no contrato não foram contemplados preços unitários para obras, bens, estes serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º deste artigo.

Art. 171. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no Art. 170 deste Regulamento, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

Art. 172. As alterações qualitativas, podem ultrapassar os limites previstos neste Regulamento, desde que observadas as seguintes situações:

- I. Não acarrete para a INVESTE PIAUÍ encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse da INVESTEPIAUÍ, acrescidos aos custos da instauração de um novo processo licitatório;
- II. Não inviabilize a execução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira da contratada;
- III. Decorra de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou

imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;

IV. Não ocasione a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;

V. Seja necessária à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;

VI. Demonstre, na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual, que as consequências de uma rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, importam em gravame para a INVESTE PIAUÍ.

Art. 173. O contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da sua, ou ainda, na hipótese de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Art. 174. Ressalvados os tributos sobre a renda ou lucro, quaisquer outros tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão no reequilíbrio deste para mais ou para menos, conforme o caso.

Art. 175. A garantia de execução contratual poderá ser alterada quando conveniente a sua substituição a pedido da contratada e desde que aceita pela INVESTE PIAUÍ.

Art. 176. A forma de pagamento poderá ser alterada por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obras ou serviços.

Parágrafo único – Somente é permitida a antecipação de pagamento quando referente a etapas ou parcelas já executadas, quando houver contrapartida na forma de desconto previsto no edital, e/ou em decorrência de situações fáticas ou mercadológicas especiais e excepcionalíssimas, devidamente justificadas. Tal antecipação está condicionada à prestação de garantia ou outro meio efetivo, idôneo e suficiente para a plena execução, conforme estabelecido previamente no ato convocatório da licitação ou nos instrumentos formais de contratação direta, bem como no contrato.

Art. 177. Na hipótese de supressão de obras, serviços ou bens, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local da execução, estes devem ser ressarcidos pela **INVESTE PIAUÍ** pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

Art. 178. As alterações de que tratam este Regulamento deverão ser formalizadas por meio de termos aditivos, exceto as que digam respeito à variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e às atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nelevistas, que poderão ser registradas por simples apostilamento.

Art. 179. O reajustamento dos preços contratuais previsto neste Regulamento deverá retratar a variação efetiva dos insumos, da mão de obra ou dos custos de produção, podendo a INVESTE PIAUÍ, conforme o caso, adotar índices gerais ou específicos, fórmulas paramétricas, bem como acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho.

Art. 180. O reajuste de preços previsto no contrato para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, deverá ser solicitado pelo Contratado.

Do Reajuste ou Reajustamento dos Contratos

Art. 181. O reajustamento de preços em sentido estrito é o mecanismo que visa compensar os efeitos da variação inflacionária, devendo retratar a efetiva alteração dos custos de produção a fim de manter as condições efetivas da proposta.

§ 1º O edital ou o contrato de serviço continuado e sem dedicação exclusiva de mão de obra deverá indicar o critério de reajustamento de preços, sob a forma de reajuste em sentido estrito, com a adoção de índices específicos ou setoriais.

§ 2º Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a INVESTE PIAUÍ, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º Quando o bem ou serviço estiver submetido a controle governamental o reajustamento de preços não poderá exceder os limites fixados.

§ 4º O marco inicial para a concessão do reajustamento de preços em contrato de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra é a data limite para a apresentação da proposta.

§ 5º O registro do reajustamento de preço em sentido estrito deve ser formalizado por simples apostila.

§ 6º Se, com o reajustamento, houver a necessidade de formalização de prorrogação de prazo ou acréscimo e supressão de serviços, é possível incluir no aditivo o reajustamento.

Da Repactuação dos Contratos

Art. 182. A repactuação de contrato é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo ou à convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

Art. 183. Será admitida a repactuação do contrato dos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, contratados com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

Parágrafo único. A repactuação do contrato deve estar prevista no edital.

Art. 184. O interregno mínimo de 12 (doze) meses para a primeira repactuação do contrato será contado a partir da data do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra, e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos.

Parágrafo único. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional com datas-bases diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida.

Art. 185. Em caso de repactuação de contrato subsequente à primeira, correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação, o prazo de 12 (doze) meses terá como data base a data em que se iniciaram os efeitos financeiros da repactuação de contrato anterior realizada, independentemente daquela em que aditada ou apostilada.

Art. 186. As repactuações de contrato serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação do contrato.

§ 1º A repactuação do contrato deverá ser pleiteada pela contratada até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de ocorrer preclusão do exercício do direito.

§ 2º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação do contrato, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

§ 3º Quando da solicitação da repactuação do contrato, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- I. os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- II. as particularidades do contrato em vigência;
- III. o novo Acordo ou Convenção Coletiva das categorias profissionais;
- IV. a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- V. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- VI. a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

§ 4º A decisão sobre o pedido de repactuação do contrato deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

§ 5º O prazo referido no parágrafo anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela INVESTE PIAUÍ para a comprovação da variação dos custos.

§ 6º A **INVESTE PIAUÍ** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

Art. 187. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I. a partir da assinatura da apostila, se outra condição não for prevista;
- II. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras; ou
- III. em data anterior à assinatura da apostila, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal Acordo, Convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

§ 1º No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à

diferença porventura existente.

§ 2º A INVESTE PIAUÍ deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

Da Revisão de Contratos ou Reequilíbrio Econômico-Financeiro em Sentido Estrito

Art. 188. Revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito é decorrência da teoria da imprevisão, tendo lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro, consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário.

Parágrafo único A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificadas os seguintes requisitos:

- I. o evento seja futuro e incerto;
- II. o evento ocorra após a apresentação da proposta;
- III. o evento não ocorra por culpa da contratada;
- IV. a possibilidade da revisão contratual seja aventada pela contratada ou pela contratante;
- V. a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da contratada e a retribuição do contratante;
- VI. haja nexos causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada;
- VII. seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente pactuadas.

Da Execução dos Contratos

Art. 189. O contrato deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas deste Regulamento, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Único. A INVESTE PIAUÍ deverá monitorar constantemente o nível de qualidade da execução do contrato para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade do executado com a qualidade exigida.

Art. 190. A execução dos contratos poderá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

- I. os resultados alcançados, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade e quantidade demandada;
- II. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- III. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- IV. a adequação do objeto prestados à rotina de execução estabelecida;
- V. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI. a satisfação da Unidade requisitante.

§ 1º A conformidade dos materiais a serem utilizados na execução do objeto deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação de tais insumos, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como, marca, modelo, descrição do produto e forma de uso.

§ 2º O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo Contratado, sobretudo quanto às obrigações e encargos fiscais, sociais, previdenciários e trabalhistas, ensejará a aplicação das sanções cabíveis, podendo culminar com a rescisão contratual.

Art. 191. O Contratado é obrigado a:

- I. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- II. responder pelos danos causados diretamente à INVESTE PIAUÍ ou a terceiros, independentemente de comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Art. 192. O Contratado é o responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Parágrafo único: A inadimplência do Contratado, com referência aos encargos de sua responsabilidade, não transfere automaticamente à INVESTE PIAUÍ a responsabilidade por seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

Art. 193. O Contratado deverá ressarcir eventuais prejuízos sofridos pela INVESTE PIAUÍ em virtude do seu inadimplemento em relação ao cumprimento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, incluindo-se nesse dever custas judiciais, honorários advocatícios entre outros regularmente suportados pela INVESTE PIAUÍ.

Art. 194. O descumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou a perda das condições de habilitação do Contratado, poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Regulamento e nos instrumentos convocatório e contratual.

§ 1º A INVESTE PIAUÍ poderá conceder um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual.

§ 2º Deverá constar dos instrumentos convocatório e contratual previsão autorizando a INVESTE PIAUÍ a promover a retenção preventiva de créditos devidos ao Contratado em função da execução do contrato, quando assim se fizer necessário, para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento do contratado de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Art. 195. Quando da rescisão ou extinção contratual, o Contratado deverá comprovar a liquidação de todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e fundiárias assumidas em função da execução do contrato, não se admitindo a emissão de termo de recebimento definitivo sem o atendimento a essa condição.

Art. 196. O Contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento), que deverá ser previsto no respectivo instrumento convocatório e contratual.

§ 1º A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao Contratado.

§ 2º É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado:

I. do processo licitatório do qual se originou a contratação;

II. direta ou indiretamente, da elaboração de Projeto Básico ou Executivo.

§ 3º As empresas de prestação de serviços técnicos especializados deverão garantir que os integrantes de seu corpo técnico executem pessoal e diretamente as obrigações a eles imputadas, quando a respectiva relação for apresentada em processo licitatório ou em contratação direta.

Art. 197. Executado o contrato, o seu objeto deverá ser recebido:

I. em se tratando de obras e serviços:

a. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado; ou

b. definitivamente, pelo Gestor do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contado do recebimento provisório.

II. em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

a. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b. definitivamente, pelo Gestor do Contrato, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação.

§ 1º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético - profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo contrato.

§ 2º Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

§ 3º Na hipótese de rescisão do contrato, caberá ao responsável pela fiscalização atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo provisória ou definitivamente, conforme o caso.

Art. 198. O recebimento provisório poderá ser dispensado nas hipóteses em que não se fizer necessário ou possível, tais como nos casos de aquisição de gêneros perecíveis e alimentação preparada, sendo, neste caso, feito mediante recibo.

Art. 199. Salvo disposições em contrário constantes dos instrumentos convocatório e contratual, os custos relativos a ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato, correrão por conta do

Contratado.

Art. 200. A INVESTE PIAUÍ deverá rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato e instaurar processo administrativo para aplicação das sanções cabíveis.

Da Gestão e Fiscalização dos Contratos

Art. 201. A gestão e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua escorrita execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações pactuadas, devendo ser exercido pelo gestor do contrato designado pela INVESTE PIAUÍ, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato, cabendo ao responsável legal ou preposto do Contratado o acompanhamento dessas atividades.

§ 1º Em razão da especificidade do contrato, quando envolver complexidade e mais de uma especialidade, ou por questões de conveniência da INVESTE PIAUÍ, a fiscalização da execução contratual poderá ser realizada por meio de um grupo ou comissão de profissionais da INVESTE PIAUÍ, designados previamente para esse fim. A critério da INVESTE PIAUÍ, a fiscalização ou acompanhamento técnico da obra poderá se realizar por empresa contratada para este fim ou por meio de convênio ou parcerias com outros órgãos ou instituições do governo.

§ 2º O Contratado deverá designar e indicar seu representante legal ou seu preposto, que o representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato.

§ 3º As partes anotarão em registro próprio devidamente carimbado e assinado, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 4º As partes deverão adotar procedimentos e métodos de gestão que além de atender o presente Regulamento, assegurem o cumprimento dos requisitos preconizados na licitação, Contrato, Termo de Referência, Projetos e Especificações, sempre de acordo com as normas e legislação pertinentes. Eventuais necessidades de alteração no projeto, especificações, nas quantidades, ou no preço, bem como casos de rescisão contratual e aplicação de sanções, deverão obrigatoriamente ser formalizadas tempestivamente para que não ocorra situação de risco de execução contratual e comprometimento de recursos e prazos.

Art. 202. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Gestores e/ou Fiscais deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias e convenientes.

Art. 203. É competência dos Gestores ou Fiscais designados pela INVESTE PIAUÍ, dentre outras:

- I. provocar a instauração de processo administrativo com o objetivo de apurar responsabilidade ou prejuízo resultante de erro ou vício na execução do contrato ou de promover alteração contratual, especialmente no caso de solução adotada em projeto inadequado, desatualizado tecnologicamente ou inapropriado ao local específico;
- II. identificar a necessidade de modificar ou adequar a forma de execução do objeto contratado;

- III. atestar a plena execução do objeto contratado;
- IV. verificar a regularidade das obrigações comerciais, tributárias, fiscais, previdenciárias e trabalhistas do Contratado, conforme o caso;
- V. prestar apoio à instrução processual e promover o encaminhamento da documentação pertinente à Unidade competente para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras.

Art. 204. É dever do representante ou preposto do Contratado:

- I. zelar pela manutenção, durante todo o período de execução do contrato, das condições estabelecidas no Instrumento Convocatório e das Normas Regulamentadoras e Legislação correlata do Meio Ambiente e Segurança e Medicina de Trabalho, como também da regularidade fiscal e obrigações trabalhistas;
- II. zelar pela execução ou fornecimento do objeto contratual em conformidade com as normas técnicas vigentes e manuais da INVESTE PIAUÍ;
- III. zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto contratado.

Do Pagamento

Art. 205. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, obras ou bens, observados os seguintes procedimentos:

§ 1º A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser comprovada por meio de consulta "on-line" ao sistema de cadastramento, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

§ 2º A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando o Contratado:

- I. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- II. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada, ou
- III. deixar de atender disposições legais ou contratuais que promovam prejuízos à INVESTE PIAUÍ ou a terceiros e cuja responsabilidade pelo pagamento possa ser atribuída à INVESTE PIAUÍ.

§ 3º O pagamento pela INVESTE PIAUÍ das verbas rescisórias, bem como aquelas destinadas a férias e 13º (décimo terceiro) dos trabalhadores da contratada, poderá ser feito por meio de conta vinculada de acordo com o disposto no instrumento convocatório ou contrato.

§ 4º Os pagamentos a serem efetuados em favor do Contratado, quando couber, estarão sujeitos à retenção na fonte de encargos fixados por lei, na forma da legislação específica.

Art. 206. No pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes do contrato, a INVESTE PIAUÍ deverá obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes motivos devidamente justificados pela Autoridade Competente. **Parágrafo Único.** O prazo de pagamento será fixado no respectivo instrumento convocatório e contratual.

Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos

Art. 207. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

Art. 208. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I. o descumprimento total ou parcial de obrigações contratuais pelo Contratado;
- II. a alteração da pessoa do Contratado, mediante:
 - a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da INVESTE PIAUÍ, observado o presente Regulamento;
 - b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratado com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da INVESTE PIAUÍ.
- III. o desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;
- IV. o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- V. a dissolução da sociedade ou o falecimento do Contratado;
- VI. a decretação de falência ou a insolvência civil do Contratado;
- VI. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do Contratado, desde que prejudique a execução do contrato;
- VI. razões de interesse da INVESTE PIAUÍ, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- IX. o atraso nos pagamentos devidos pela INVESTE PIAUÍ decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao Contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- X. a não liberação, por parte da INVESTE PIAUÍ, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- XI. a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XI. a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- XI. o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- XIV. o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- XV. ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- XM. ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- XVI. ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;
- XVI. ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- XX. ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos

- XX instrumentos contratuais;
- XXI. ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico- financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- XXI. ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§ 1º As práticas passíveis de rescisão, tratadas nesse inciso, podem ser definidas, dentre outras, como:

- a. corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da INVESTE PIAUÍ no processo licitatório ou na execução do contrato;
- b. fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;
- c. colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da INVESTE PIAUÍ, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;
- d. coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e. obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei n.º 12.846/2013.

§ 3º Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

Art. 209. A rescisão do contrato poderá ser:

- I. por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- II. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a INVESTE PIAUÍ;
- III. judicial, nos termos da legislação.

§ 1º A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

§ 3º Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- I. devolução da garantia;
- II. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III. pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

Art. 210. A rescisão por ato unilateral da INVESTE PIAUÍ acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento:

- I. assunção imediata do objeto contratado pela INVESTE PIAUÍ, no estado e local em que se encontrar;

- II. execução da garantia contratual para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela INVESTE PIAUÍ;
- III. na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à INVESTE PIAUÍ.

Das Sanções

Art. 211. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições deste Regulamento ou com disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal.

Art. 212. Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista neste Regulamento, garantida a prévia defesa, a INVESTE PIAUÍ poderá aplicar as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III. multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- IV. suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a INVESTE PIAUÍ, por até 02 (dois) anos;

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I e III deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

Art. 213. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras que configurem a violação de preceitos contratuais ou legais:

- I. não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- I. apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela INVESTE PIAUÍ;
- II. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- IV. afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- V. agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- VI. incorrer em inexecução contratual.
- VI. ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- VII. ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- IX. ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;
- X. ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- XI. ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- XI. ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XII. ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;

XIV. ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§ 1º As práticas passíveis de rescisão podem ser definidas, dentre outras, como:

a. corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da INVESTE PIAUÍ no processo licitatório ou na execução do contrato;

b. fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

c. colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da INVESTE PIAUÍ, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

d. coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e. obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei n.º 12.846/2013.

Art. 214. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à INVESTE PIAUÍ, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput deste artigo importa na comunicação da advertência à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro Corporativo da INVESTE PIAUÍ, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

Art. 215. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I. em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

II. em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar N.º 123/2006, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III. pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

IV. no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

V. nos demais casos de atraso, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% (cinco por cento) ou

superior a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

VI. no caso de inexecução parcial, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% (cinco por cento) ou superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

VII. no caso de inexecução total, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 15% (quinze por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

§ 1º Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa previa, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

§ 2º Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de Apostilamento e comunicação ao Cadastro Corporativo da INVESTE PIAUÍ para fins de registro.

§ 3º Não havendo concordância do Contratado e a INVESTE PIAUÍ acatar as razões da defesa, a deliberação final caberá a autoridade competente.

§ 4º Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

§ 5º O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a INVESTE PIAUÍ, por até 02 (dois) anos;

§ 6º Os percentuais das multas serão definidos no instrumento convocatório observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência.

Art. 216. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à INVESTE PIAUÍ, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o caput deste artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Piauí.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral

§ 4º Se a sanção de que trata o caput deste artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a **INVESTE PIAUÍ** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2(dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

Art. 217. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a INVESTE PIAUÍ às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- I. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- II. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a INVESTE PIAUÍ em virtude de atos ilícitos praticados.
- IV. tenham frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - V. ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - VI. ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - VI. ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
 - VII. ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
 - IX. ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§ 1º As práticas passíveis de rescisão, tratadas nesse inciso, podem ser definidas, dentre outras, como:

- a. corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da INVESTE PIAUÍ no processo licitatório ou na execução do contrato;
- b. fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;
- c. colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da INVESTE PIAUÍ, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;
- d. coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e. obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei no 12.846/2013.

Art. 218. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a INVESTE PIAUÍ, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Do Procedimento para Aplicação de Sanções

Art. 219. A aplicação das sanções previstas neste Regulamento deve ser precedida da instauração de processo administrativo autônomo, por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório.

Art. 220. O processo administrativo deverá ser conduzido por uma comissão processante permanente ou especial, designada para este fim.

Art. 221. O processo administrativo visando à aplicação de sanções previstas neste Regulamento deve observar as seguintes regras e etapas:

- I. autorização expressa da Autoridade Competente para instauração do processo;
- II. ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia, as normas pertinentes à infração e à sanção cabível;
- III. o processado deve ser intimado da instauração do processo para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis oferecer defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso;
- IV. caso haja requerimento para produção de provas, a comissão processante deverá apreciar a sua pertinência em despacho motivado;
- V. quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência, previamente designada, para a qual a parte interessada deverá ser intimada, facultada a presença de advogado indicado pela parte;
- VI. concluída a instrução processual, a parte será intimada para, querendo, apresentar razões finais, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- VII. transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a comissão processante, dentro de 15 (quinze) dias úteis, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da Autoridade Competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica da INVESTE PIAUÍ;
- VIII. todas as decisões do processo devem ser motivadas;
- IX. da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da intimação do ato.

Parágrafo único. A decisão final que imputar sanção ao processado deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí e, imediatamente, ser registrada no Registro Cadastral da INVESTE PIAUÍ.

Art. 222. Na aplicação das sanções deverão ser consideradas as seguintes condições:

- I. razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- II. danos resultantes da infração;
- III. situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- IV. reincidência, assumentida a repetição de infração de igual natureza; e
- V. outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

CAPÍTULO V - DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATO DE PATROCÍNIOS, PARCERIAS, ACORDOS, AJUSTES E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI

Art. 223. Para o recebimento de propostas e projetos de empreendimentos com vistas a atender necessidades previamente identificadas pela INVESTE PIAUÍ, poderá ser instaurado Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI.

Art. 224. O PMI objetiva ampliar a eficiência da contratação por meio da obtenção, junto a interessados que atuam no mercado específico, da indicação da solução técnica que melhor atenda a necessidade da INVESTE PIAUÍ.

Art. 225. O PMI será aberto mediante chamamento público, a ser promovido de ofício ou por provocação de pessoa física ou jurídica interessada.

Parágrafo único. O PMI será composto das seguintes fases:

- I - Abertura, por meio de publicação de edital de chamamento público;
- II - Autorização para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos;
- III - Avaliação, seleção e aprovação.

Art. 226. A solução técnica aprovada no PMI poderá ensejar processo licitatório destinado à sua contratação.

Parágrafo único. A aprovação da solução técnica e dos estudos, projetos ou ensaios que a compõem não enseja obrigação de sua efetiva utilização.

Art. 227. O autor ou financiador do projeto aprovado no PMI poderá participar da licitação para a execução do empreendimento, podendo ser ressarcido pelos custos aprovados pela INVESTE PIAUÍ, desde que seja promovida a respectiva cessão de direitos.

Art. 228. O instrumento convocatório do chamamento público conterá as regras específicas para cada situação concreta.

Art. 229. A Investe Piauí poderá regulamentar o procedimento de manifestação de interesse em regulamento próprio e específico em consonância às regras acima exposta no presente termo.

DA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS

Disposições Gerais

Art. 230. A Investe Piauí poderá contratar soluções inovadoras por meio de licitação na modalidade especial, na forma da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador (LC 182/21), consoante o disposto no art. 12, §2º dessa mesma lei.

Parágrafo único. Como forma de maximizar a probabilidade de sucesso nos objetivos da contratação, poderá ser admitida a participação de pessoas físicas ou jurídicas, individualmente ou em consórcio, inclusive com a presença de estrangeiros, quando e na forma prevista no edital.

Art. 231. O processo de contratação pode envolver um ou mais desafios a serem resolvidos, podendo ser celebrado mais de um contrato para o mesmo desafio, conforme art. 13 §6º da LC 182/2021.

Art. 232. A Licitação na Modalidade Especial será conduzida preferencialmente de forma eletrônica, com observância da LC 182/2021.

Art. 233. O edital de Licitação na Modalidade Especial será divulgado no portal/plataforma

eletrônica empregada pela Investe Piauí e seu extrato no Diário Oficial do Estado, sendo previsto, no edital, o prazo para apresentação de propostas.

Parágrafo único. O extrato do Edital conterá a delimitação do escopo da licitação, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser consultada ou obtida a íntegra do Edital, datas limite para apresentação de propostas e a indicação do portal eletrônico em que o procedimento será realizado.

Art. 234. As propostas para cada desafio serão avaliadas e julgadas por comissão especial integrada por, no mínimo, 3 (três) pessoas com reconhecido conhecimento nos assuntos objeto do desafio.

§ 1º A INVESTE PIAUÍ, em atenção às peculiaridades da contratação, poderá convidar membros externos para atuar na comissão especial acima referida, de forma a ampliar a cooperação e a interação com os entes públicos, entre os setores público e privado e entre as empresas.

§ 2º O edital poderá prever etapas intermediárias de seleção de desafios para intensificar a interação técnica entre a INVESTE PIAUÍ e os participantes, visando o refinamento e a adequação da proposta inicial, considerando, entre outros, os aspectos técnicos e as condições reais de aplicação da solução.

Art. 235. As propostas serão julgadas conforme os critérios previstos no art. 13, §§ 4º e 5º da LC 182/2021, sem prejuízo da possibilidade de a INVESTE PIAUÍ incluir outros critérios que considere necessários.

Art. 236. Poderá ser dispensada a habilitação de que tratam o CAPÍTULO II esse Regulamento e o art. 58 da Lei nº 13.303/16, considerando as peculiaridades de cada processo.

Parágrafo único. Quando dispensados os requisitos de habilitação na forma acima prevista, os critérios de julgamento e seleção de proposta deverão conter mecanismos que permitam avaliar:

- a) a possibilidade da aquisição de direitos e de obrigações por parte da contratada;
- b) a regularidade junto aos tributos que custeiam a Seguridade Social, na forma do §3º do art. 195 da Constituição Federal; e
- c) a capacidade técnica de trabalhar na proposta de solução dos problemas.

Art. 237. Concluída a fase de julgamento das propostas, a INVESTE PIAUÍ poderá negociar com os selecionados condições econômicas mais vantajosas, inclusive, a depender da rota tecnológica e estágio de desenvolvimento de cada proposta de solução, os critérios de remuneração que serão adotados na forma do art. 243.

Parágrafo único. Encerrada a fase de julgamento e de negociação, na hipótese de o preço ser superior à estimativa, a INVESTE PIAUÍ poderá, mediante justificativa expressa, aceitar o preço ofertado adotando a sistemática prevista no art. 13 §10º da LC Nº 182/2021.

Art. 238. A apresentação e julgamento dos recursos serão realizados conforme previsto no Edital.

Art. 239. Ao final da licitação, seu resultado será homologado, divulgando-se no portal eletrônico o(s) participante(s) selecionado(s) para cada desafio.

Art. 240. Concluída a fase de seleção das propostas e divulgado o resultado da Licitação na Modalidade Especial, a Investe Piauí poderá celebrar Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI) com as proponentes selecionadas, com vigência limitada a 12 (doze) meses, prorrogável por mais um período de até 12 (doze) meses.

Art. 241. O CPSI deve ter como objeto a entrega de uma solução para atender a um desafio específico, com base no que foi delimitado na licitação conforme previsto no § 1º do art. 13 da LC 182/2021, não sendo obrigatório o alcance dos resultados esperados, em função do potencial risco tecnológico envolvido.

Art. 242. O CPSI deverá conter, entre outras, as cláusulas previstas no artigo 14, §1º da LC 182/21.

Art. 243. Cada CPSI terá valor limitado a R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), sem prejuízo da possibilidade de o edital estabelecer limites inferiores.

§ 1º O valor estabelecido no caput poderá ser anualmente atualizado pela INVESTE PIAUÍ, na forma do art. 12 §3º da LC 182/2021 e será divulgado no edital da contratação.

§ 2º A remuneração da contratada deverá adotar um dos critérios previstos no art. 14, § 3º da LC 182/21, podendo ser definido cronograma de execução e pagamento por etapa concluída, bem como a atribuição de critérios diferentes de pagamento para cada uma das etapas, na forma dos §§ 4º a 6º do art. 13 da LC 182/21.

§ 3º A Investe Piauí poderá prever no contrato pagamento antecipado de uma parcela do preço anteriormente ao início da execução do objeto, na forma do art.14, §§ 7º e 8º da LC 182/21.

§ 4º Na hipótese de que trata o § 3º acima, o edital preverá os parâmetros que possibilitarão o pagamento inicial, as condições para sua utilização e os limites de valor aplicáveis.

Art. 244. Encerrado o CPSI com resultados satisfatórios, a poderá celebrar com a mesma contratada, sem nova licitação, contrato para o fornecimento do produto, do processo ou da solução resultante do CPSI ou, se for o caso, para integração da solução à infraestrutura tecnológica ou ao processo de trabalho da INVESTE PIAUÍ.

§ 1º A INVESTE PIAUÍ poderá optar por não celebrar o Contrato de Fornecimento ainda que o resultado do CPSI tenha sido satisfatório.

§ 2º O Contrato de Fornecimento será limitado a:

I - 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por mais um período de até 24 (vinte e quatro) meses;

II - 5 (cinco) vezes o valor definido no art. 128-N deste Regulamento, incluídas as eventuais prorrogações.

§ 3º O limite de valor previsto no § 2º, II acima poderá ser ultrapassado nos casos de reajuste de preços e dos acréscimos de que trata o art. 81, § 1º da Lei nº 13.303/16.

Art. 245. Aplicam-se ao CPSI e ao Contrato de Fornecimento de que tratam este Título as previsões dos CONTRATOS, DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO, DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES deste Regulamento que não conflitem com a sistemática prevista na LC 182/21 e neste Título.

Acordos de Confidencialidade

Art. 246. Aos acordos de confidencialidade não se aplicam as normas contidas na Lei nº 13.303/16.

Art. 247. Podem ser celebrados acordos de confidencialidade, desde que em conformidade com as orientações de Segurança da Informação vigentes na INVESTE PIAUÍ.

Art. 248. Aplicam-se as disposições deste Regulamento, no que couber, aos convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados pela INVESTE PIAUÍ.

§1º Nos convênios, contratos de patrocínios, acordos e demais ajustes congêneres, havendo repasse de recursos financeiros pela INVESTE PIAUÍ, haverá obrigatoriedade de prestação de contas pela entidade beneficiária.

§2º A celebração de convênios, contratos de patrocínios, acordos, parcerias e demais ajustes pela INVESTE PIAUÍ depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter as seguintes informações:

- I. identificação do objeto a ser executado;
- II. metas a serem atingidas;
- III. etapas ou fases de execução;
- IV. plano de aplicação dos recursos financeiros;
- V. cronograma de desembolso;
- VI. previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;
- VII. se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos para execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a INVESTE PIAUÍ.

§3º Sempre que houver pluralidade de potenciais interessados nos convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, e que a escolha do conveniente, contratado e/ou parceiro, não puder ser justificada por suas características subjetivas ou objetivas, a INVESTE PIAUÍ promoverá chamamento público de interessados, credenciamento ou concurso de projetos, conforme o caso.

§ 4º Deverá ser dada publicidade ao chamamento público, inclusive ao seu resultado, especialmente por intermédio da divulgação em sítio eletrônico da INVESTE PIAUÍ ou de outros órgãos da Administração Pública Estadual ou em jornal de grande circulação local.

§ 5º O chamamento público deverá estabelecer critérios objetivos visando a aferição da qualificação técnica e capacidade operacional e financeira do conveniente ou patrocinado ou parceiro privado para a gestão e execução do ajuste.

Art. 249. Para os efeitos deste Regulamento, considera-se:

- I. convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados pela INVESTE PIAUÍ: - acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros ou qualquer outro meio de colaboração, comercialização, prestação ou execução, de forma direta, pela INVESTE PIAUÍ, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seu objeto social; tal como, cessão de pessoal, matéria prima, insumos, transferência de tecnologia e tenha como partícipe, de um lado, a **INVESTE PIAUÍ** e, de outro lado, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais, projetos de turismo e infraestrutura econômica ou social e de inovação

tecnológica, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, para aquisição de bens ou eventos de interesses recíprocos, em regime de mútua cooperação;

II. concedente/patrocinador – **INVESTE PIAUÍ**, responsável pela transferência de recursos financeiros ou qualquer outro meio de colaboração, tal como, cessão de pessoal matéria prima, insumos e transferência de tecnologia destinados à execução do objeto dos convênios, contratos de patrocínios, parceria, acordo, ajuste e/ou outros instrumentos congêneres;

III. conveniente/patrocinado - pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, de qualquer esfera de governo, com as quais a **INVESTE PIAUÍ** pactue comercialização, prestação ou execução de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seu objeto social, execução de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou eventos de interesses recíprocos, em regime de mútua cooperação, mediante a celebração convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres ;

IV. termo aditivo - instrumento que tenha por objetivo a alteração das condições dos convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados;

V. objeto - o produto dos convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, observado o programa de trabalho e as suas finalidades;

VI. prestação de contas - procedimento de acompanhamento sistemático que conterà elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto do convênio ou do contrato de patrocínio, parcerias, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres e o alcance dos resultados previstos.

Art. 250. É vedada a celebração de convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres:

I. com entidades públicas ou privadas em que Conselheiros, Diretores, empregados da **INVESTE PIAUÍ**, seus respectivos cônjuges ou companheiros, assim como pessoal cedido ou requisitado, ocupem cargos de direção, sejam proprietários, sócios, bem como que possuam grau de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

II. com entidades privadas que não comprovem requisitos mínimos de qualificação, especialmente, experiência anterior em atividades referentes à matéria objeto do convênio;

III. com pessoas que tenham, em suas relações anteriores com a **INVESTE PIAUÍ**, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:

- a. omissão no dever de prestar contas;
- b. descumprimento injustificado do objeto de convênios ou de contratos de patrocínios;
- c. desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
- d. ocorrência de dano à **INVESTE PIAUÍ**; ou
- e. prática de outros atos ilícitos na execução de convênios ou de contratos de patrocínio.

§ 1º As práticas passíveis de rescisão, tratadas nesse inciso, podem ser definidas, dentre outras, como:

I. corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da **INVESTE PIAUÍ** no processo licitatório ou na execução do contrato;

II. fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

- III. colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da INVESTE PIAUÍ, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;
- IV. coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- V. obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei n.º 12.846/2013.

Art. 251. A celebração de convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com a INVESTE PIAUÍ depende de cadastramento e de prévia aprovação do respectivo plano de trabalho proposto pela pessoa interessada.

§ 1º O cadastramento de que trata o caput poderá ser realizado a qualquer tempo e permitirá a celebração de convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres enquanto estiver válido.

§ 2º No Cadastramento serão exigidos, no que couber, pelo menos:

- I. cópia do estatuto social atualizado da entidade ou documentos pessoais, conforme o caso;
- II. relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
- III. declaração do dirigente da entidade:
 - a. acerca da inexistência de dívida com o Poder Público, bem como de inscrição nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito; e
 - b. informando se a pessoa ou se seus dirigentes se encontram incurso em alguma situação de vedação para contratar com a INVESTE PIAUÍ prevista neste Regulamento;
- IV. prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, conforme o caso;
- V. prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, Distrital e Municipal e com a Seguridade Social (CND) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma da lei;

VI. e, no caso de convênio, mais o atestado comprovando a experiência da pessoa em atividades referentes à matéria objeto do convênio que pretenda celebrar com a INVESTE PIAUÍ.

§3º Verificada falsidade ou incorreção de qualquer informação ou documento apresentado, deve o convênio ou o contrato de patrocínio ser imediatamente denunciado pela INVESTE PIAUÍ.

§ 4º O cadastramento em questão será mantido pela INVESTE PIAUÍ e terá validade de até 2 (dois) anos.

Art. 252. As parcelas dos convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, conforme o caso, serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nas hipóteses a seguir, em que ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

- I. quando não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela

anteriormente recebida, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela INVESTE PIAUÍ;

II. quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas ou outras práticas atentatórias às normas de regência praticadas na execução do convênio, ou o inadimplemento do conveniente ou patrocinado com relação a cláusulas conveniais ou contratuais;

III. quando o conveniente ou patrocinado ou parceiro, deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela INVESTE PIAUÍ ou por integrantes do seu sistema de controle interno.

Art. 253. Constituem cláusulas necessárias em quaisquer convênios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, e, no que couber, em contratos de patrocínio:

I. o objeto;

II. a forma de execução e a indicação de como será acompanhado pela INVESTE PIAUÍ;

III. os recursos financeiros das partes, se for o caso;

IV. a vigência e sua respectiva data de início;

V. os casos de rescisão e seus efeitos;

VI. as responsabilidades das partes;

VII. a designação de gestores das partes para a execução do objeto;

VIII. as hipóteses de alteração do ajuste;

IX. a obrigatoriedade e prazos para prestação de contas;

X. a destinação a ser dada aos bens adquiridos para execução dos seus objetivos;

XI. o foro competente para dirimir conflitos da relação convenial ou patrocinada.

§ 1º Em virtude das especificidades de situações a serem atendidas, outras cláusulas poderão ser inseridas no ajuste.

§ 2º Os convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, de que trata este Regulamento, poderão conter cláusula para solução amigável de controvérsias, inclusive mediação e arbitragem.

Art. 254. Os convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres deverão ser assinados pela Autoridade Competente da INVESTE PIAUÍ, conforme previsão estatutária.

§ 1º Caberá ao gestor dos convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres efetuar a análise e aprovação da prestação de contas, para fins de pagamento, repasse, medição ou quitação final.

§ 2º A competência para decidir sobre eventual rescisão antecipada, suspensão do repasse de recursos financeiros ou suspensão de cumprimento de qualquer outra obrigação da INVESTE PIAUÍ será da Autoridade Competente para celebração de convênios, contratos de patrocínios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

Art. 255. No caso de convênio, a contrapartida do conveniente, quando exigida, poderá ser atendida por meio de recursos financeiros, de bens, serviços ou transferência de tecnologia, desde que economicamente mensuráveis.

§ 1º Quando financeira, a contrapartida do conveniente deverá ser depositada na conta bancária específica do convênio em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

§ 2º Quando atendida por meio de bens, serviços ou transferência de tecnologia, constará do convênio cláusula que indique a forma de sua mensuração.

Art. 256. No ato de celebração do convênio com repasse de recurso financeiro e de contrato de patrocínio, a INVESTE PIAUÍ deverá garantir a existência de recursos aptos a fazer frente ao ajuste, durante sua vigência.

Art. 257. Os recursos de convênio, enquanto não utilizados pelo conveniente, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira pública ou fundo de aplicação financeira de curto prazo se a previsão de seu uso for igual ou superior a 01 (um) mês.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma do caput serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade.

Art. 258. A prestação de contas de convênios e patrocínios observará regras específicas de acordo com o montante de recursos e contrapartidas envolvidas, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos no respectivo instrumento.

§ 1º A prestação de contas inicia-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros que deverá ser registrada pelo setor contábil/financeiro da INVESTE PIAUÍ.

§ 2º O prazo para análise da prestação de contas e a manifestação conclusiva pela INVESTE PIAUÍ será de 01 (um) mês, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado.

§ 3º Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da prestação de contas e comprovação de resultados, a INVESTE PIAUÍ poderá, a seu critério, conceder prazo de até 30 (trinta) dias para o saneamento da irregularidade ou cumprimento de obrigação.

§ 4º A análise da prestação de contas pela **INVESTE PIAUÍ** poderá resultar em:

I - aprovação;

I. - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano à INVESTE PIAUÍ; ou

II. - desaprovação com a determinação da imediata instauração das medidas cabíveis.

Art. 259. Na aquisição de bens ou contratação de serviços com recursos da INVESTE PIAUÍ transferidos a pessoas privadas, deverão ser observados os princípios da publicidade, impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessária, no mínimo, a realização de cotação prévia de preços no mercado antes da celebração do contrato.

Art. 260. Nos convênios firmados com entidades privadas não poderão ser realizadas despesas administrativas com recursos transferidos pela INVESTE PIAUÍ.

Art. 261. Nos convênios firmados com entidades privadas, é permitida a remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da conveniente, podendo contemplar despesas com pagamentos de tributos e contribuições de ordem trabalhista e previdenciária, recolhimento de FGTS, férias e décimo terceiro salário proporcionais e demais encargos sociais, bem como custos com diárias, deslocamentos e comunicação, desde que tais valores:

I. correspondam às atividades previstas e aprovadas no plano de trabalho;

II. correspondam à qualificação técnica para a execução da função a ser

desempenhada;

- III. sejam compatíveis com o valor de mercado da região onde atua a conveniente;
- IV. sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetivamente dedicado ao convênio;
- V. sejam objeto de prestação de contas.

§ 1º A despesa com a equipe contratada observará os limites percentuais máximos a serem estabelecidos no instrumento de convênio.

§ 2º A inadimplência da entidade conveniente em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à INVESTE PIAUÍ a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do convênio.

§ 3º Quando a despesa com a remuneração da equipe for paga proporcionalmente com recursos do convênio, a entidade conveniente deverá apresentar a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

Art. 262. O convênio ou o contrato de patrocínio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando as partes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do ajuste.

Parágrafo único. Quando da extinção do convênio ou patrocínio, os saldos financeiros remanescentes não utilizados, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à INVESTE PIAUÍ, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de medidas cabíveis.

Art. 263. As parcerias entre a **INVESTEM PIAUÍ** e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação serão regidas pelas disposições da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 264. Quando ocorrerem interesses mútuos e precípuos entre a INVESTE PIAUÍ e outras entidades, visando à execução do objeto de cunho tecnológico, tais como desenvolvimento de protótipos, testes de equipamentos, realização de estudos técnicos, Projeto de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I), pode ser celebrado termo de cooperação, parceria ou acordo, conforme o caso, segundo o rito da Lei nº 10.973/2004.

Parágrafo único. Aos Termos cooperação, parceria ou acordo referido no caput, aplicam-se as regras procedimentais atinentes aos Convênios CAPÍTULO V, que não conflite com a sua legislação específica.

CAPÍTULO VI – DAS LICITAÇÕES INTERNACIONAIS

Art. 264. Licitação internacional é aquela que admite a participação de Licitantes constituídas e sediadas no exterior.

Art. 265. O instrumento convocatório e contrato da licitação internacional deverá:

- a. estar adequado às normas de política monetária nacional e de comércio exterior;
- b. conter requisitos de habilitação dos Licitantes estrangeiros que sejam equivalentes aos exigidos dos Licitantes nacionais;
- c. prever que a documentação dos Licitantes estrangeiros seja traduzida para o

- português, por tradutor juramentado e devidamente autenticada pelos órgãos competentes;
- d. Em casos de contratações internacionais que envolvam objetos de maior complexidade, podem ser estabelecidas regras para documentação e consularização com base em convenções internacionais específicas e normas jurídicas próprias;
 - e. As garantias de pagamento ao licitante brasileiro devem ser equivalentes àquelas oferecidas ao licitante estrangeiro;
 - f. indicar condições para contratação dos Licitantes estrangeiros equivalentes àquelas definidas para os Licitantes nacionais;
 - g. prever a tributação incidente sobre o objeto da licitação, e os critérios de equalização das propostas;
 - h. As propostas dos licitantes estrangeiros, para fins de julgamento, devem ser acrescidas de todos os custos operacionais e tributários concretos que efetivamente oneram a empresa, como, dentre outros, os de fechamento de câmbio, despachantes, armazenamento e capatazia, que devem ser indicados no edital;
 - i. assegurar que as propostas formuladas em moeda estrangeira, quando autorizado, devem ser convertidas para a moeda corrente nacional, com a taxa de fechamento de câmbio, de venda, disponibilizada pelo Banco Central, referente ao primeiro dia útil anterior à data da sessão de abertura de propostas.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 267. Permanecem regidos pela legislação e regulamentação anterior os contratos, acordos, ajustes, projetos e outros instrumentos congêneres, bem como os processos administrativos de contratação autuados ou registrados até a data de entrada em vigor deste Regulamento.

Art. 268. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Regulamento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo todos os prazos contados em dias úteis.

Parágrafo único. Os prazos se iniciam e vencem exclusivamente em dias úteis de expediente, desconsiderando-se os feriados e recessos praticado pela INVESTE PIAUÍ, no âmbito de sua Sede.

Art. 269. Omissões e lacunas deste Regulamento serão objeto de análise pela Assessoria Jurídica mediante provocação das demais Diretorias da INVESTE PIAUÍ, e deverão ser submetidas a análise e aprovação pelo CAD.

Art. 270. A **INVESTE PIAUÍ** observará o limite instituído pela Lei n.º 13.303/16 para despesas com publicidade e patrocínio que não poderão ultrapassar, em cada exercício, 0,5% (cinco décimos por cento) da receita operacional bruta do exercício anterior.

§ 1º O limite disposto no caput poderá ser ampliado, até o limite de 2% (dois por cento) da receita bruta do exercício anterior, por proposta da 4569ia competente, justificada com base em parâmetros de mercado do setor específico de atuação da INVESTE PIAUÍ aprovada pelo Conselho de Administração.

§ 2º Fica vedada a realização de despesas com publicidade e patrocínio, em ano de eleição para cargos do Governo do Estado Piauí, que excedam a média dos gastos nos 03 (três) últimos anos que antecedem o pleito ou no último ano imediatamente anterior à eleição.

Art. 271. Aplica-se este Regulamento, no que couber, aos acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados pela INVESTE PIAUÍ.

Art. 272. Permanecem regidos pela legislação e regulamentação anterior os processos licitatórios, os contratos, acordos ajustes, projetos de financiamento e outros instrumentos congêneres iniciados ou celebrados em data anterior à vigência deste Regulamento.

Art. 273. Para a contratação de obras, serviços ou fornecimento com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado da unidade executora do contrato, despacho esse ratificado pelo Conselho de Administração da **INVESTE PIAUÍ**.

Art. 274. Este Regulamento deverá ser publicado no sítio eletrônico da INVESTE PIAUÍ na internet e entrará em vigor na data da sua assinatura.

Art. 275. Revogam-se as disposições em contrário.

Teresina - PI, xx de xxx de 2024.
(Assinado e datado eletronicamente)

VICTOR HUGO SARAIVA DE ALMEIDA:63205319320
Assinado de forma digital por
VICTOR HUGO SARAIVA DE ALMEIDA:63205319320
Dados: 2024.05.20 11:01:10 -03'00'

Victor Hugo Saraiva de Almeida.
Diretor Presidente da Agência de Atração de Investimentos